

janeiro. Ele disse “olha, eu pago com dinheiro, (e) pago com mercadoria, para vocês não estarem gastando com dinheiro.”

**(entrevistador):** E que produto da floresta vocês tiravam?

**Maria das Graças:** Era sorva, castanha e copaíba. Nessa região, só tem isso.

**(entrevistador):** Seringa não tinha não?

**Maria das Graças:** Não, seringa só tem lá no Pupunha.

**(entrevistador):** Vocês trabalhavam só para vocês, e aí trocavam essas mercadorias. Não tinha nenhum patrão branco que...

**Maria das Graças:** Era (o) Sebastião, esse... inspetoria.

**(entrevistador):** Só o Sebastião da inspetoria do SPI.

**Maria das Graças:** Só ele que comprava...

**(entrevistador):** Não tinha nenhum patrão branco que não era do SPI não?

**Maria das Graças:** Não, só era ele. Ele comprava... (a) produção.

**(entrevistador):** E que produto da floresta vocês tiravam?

**Maria das Graças:** Não, a gente só para visitar, se tinha branco, se tinha pessoa pra invadir, se tinha (gente) tirando sorva, pescaria...A gente visitava com o finado Manélope, ia pra cabeceira do Traíra...

**(entrevistador):** Vocês iam até a cabeceira do Traíra...

**Maria:** Até a cabeceira do Traíra, visitando.

**(entrevistador):** Não tinha aldeia, mas ia lá, caçar...

**Maria das Graças:** Não tinha aldeia, só tinha aldeia antigamente mesmo, que a gente ia lá (ver) se tinha invasor, mas nunca teve invasor. Aí a gente chegava na cabeceira do Traíra, voltava, entrava no Nove de Janeiro até a cabeceira, voltava, aí descia, entrava o Maici Grande até aonde não entrava mais canoa, visitando. A gente não via *pirahã*, não via branco, nada.

Este depoimento é revelador e confirma os dados históricos antes apresentados sobre a mudança do igarapé Nove de Janeiro para a região do Lago das Pupunhas, com certeza mediante incentivo dos agentes do SPI (“inspetoria”) para ocuparem uma área rica em produtos florestais – e que poderiam explorar sem empecilhos.

O depoimento igualmente reforça outros depoimentos tomados em campo que indicam claramente que as cabeceiras dos igarapés Traíra e Nove de Janeiro faziam parte da área tradicionalmente ocupada pelos Parintintin e deixadas de fora da delimitação feita pela FUNAI em 1985.

### 5.5 Os Parintintin e o ambiente regional

As TIs *Nove de Janeiro* e *Ipixuna*, ou seja, o território Parintintin como um todo, estão integralmente inseridas no município de Humaitá, no sul do Amazonas, e cujo centro urbano dista 205 km de Porto Velho e 696 km de Manaus – quilometragem estas estabelecidas via a BR-319.

De acordo com o IBGE (2019), “(o)s primeiros habitantes do lugar foram os índios que viviam em economia de subsistência. Suas principais atividades eram a caça, a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar. As principais etnias viviam às margens do Rio Maici (Torá), Rio Marmelo

(Tenharim) e Rio Madeira (Parintintin, Pama, Arara e Mura). O comerciante José Francisco Monteiro foi um dos primeiros colonizadores que em busca de riquezas, se interessou em ficar definitivamente na região. Ele chegou em 15 de maio de 1869 e instalou-se num lugar chamado Pasto Grande onde era a Sede da Freguesia de São Francisco, no Rio Preto, próximo à atual cidade, mas devido a ataques constantes dos índios, em 1888, a sede da Freguesia foi transferida, pelo comendador (lei nº 790 de 13 de novembro de 1888), para o lugar onde hoje está a cidade de Humaitá, com o nome Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Belém de Humaitá. Francisco Monteiro é considerado o fundador de Humaitá. Em 1890 foi criado o Município de Humaitá (decreto nº 31 de 04 de fevereiro de 1890), com terras desmembradas do município de Manicoré. De acordo com o Decreto nº 95-A de 10 de abril de 1891, assinado pelo Governador Eduardo Ribeiro, foi criada a Comarca de Humaitá. Em outubro de 1894, Humaitá é elevada à categoria de cidade”.<sup>10</sup>

Outra observação importante trazida no texto acima citado é a que trata do Distrito de *Calama*, já que muitos dos Parintintin mais velhos entrevistados pela equipe de consultores afirma ter ali nascido (Ver **Figuras 5.5 e 5.6**). E a razão parecer ser explicada no texto seguinte:

“Elevado à categoria de vila com a denominação de Humaitá, pelo decreto nº 31, de 04-02- 1890, desmembrada do município de Manicoré. mantido como município pela lei nº 33, de 04- 11-1892. Elevado à condição de cidade com a denominação de Humaitá, pela lei estadual nº 90, de 04-10-1894. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Humaitá, Cavalcante, Lago Cunitiá e Santo Antônio e *Três Casas*. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município aparece constituído de 5 distritos: Humaitá, Foz do Rio Javari, Mirari, Missão de São Francisco e Três Casas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pela lei estadual nº 176, de 01-12-1938, é criado o distrito de Calama e anexado ao município de Humaitá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Humaitá e Calama” (IBGE – Cidades <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/historico> acessado em 09/07/2020).

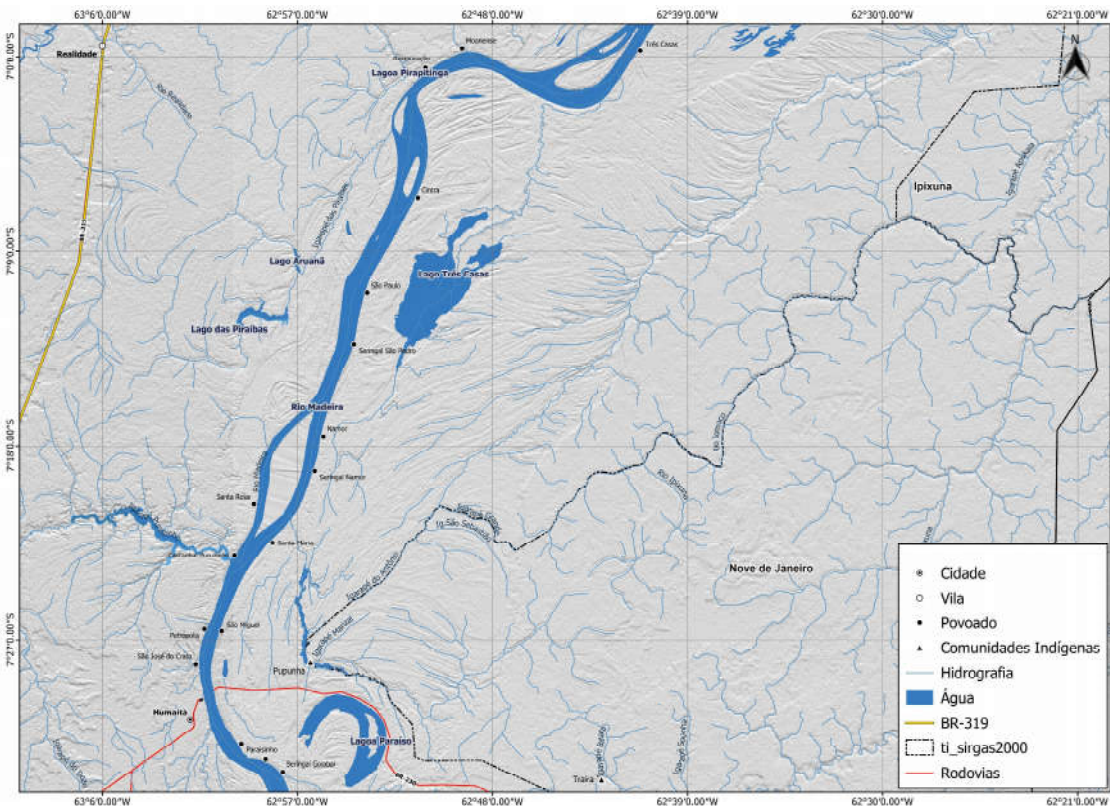
“Três Casas” é outra referência de assentamento Parintintin. Trata-se de um lago no interflúvio Madeira-Ipixuna e a meio caminho entre o assentamento denominado “Canavial” (antigo e atual) e Pupunha, vide **Figura 5.5**. Conforme já indicado acima, tratava-se de área de ocupação parintintin antes do contato e que “pertencia” a Antônio Lobo. Depois do contato estabelecido e os parintintin enfim “pacificados”, o SPI levou alguns indígenas para ali se estabelecerem. Ao que tudo indica, foram para ali exclusivamente para explorar a sorva e outros produtos florestais para Antônio Lobo e seu filho e, depois, para agentes do SPI (LEVINHO, 1987).

Humaitá à época do contato com os Parintintin não passava de um porto com alguns armazéns para escoamento das “drogas do sertão” (sorva, copaíba, castanha) – e sem infraestrutura alguma, seja de saúde ou de educação. Para os filhos dos comerciantes abonados da vila, o destino era Porto Velho – distante a cerca de dois dias de vapor à época.

A considerar os depoimentos tomados aos mais velhos Parintintin durante a pesquisa de campo, pode-se supor que o contato destes indígenas com a cidade de Humaitá se intensificou a partir dos anos 1960-70, coincidindo com o fim do SPI (e sua substituição pela FUNAI) e a abertura das BRs 230 e 319. Residir na cidade temporariamente ou ter uma residência na cidade passou a ser uma alternativa para os Parintintin terem um melhor atendimento de saúde e acesso à educação.

<sup>10</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/historico> acessado em 09/07/2020

Nos dias atuais – e partir dos anos 1990 tal movimento aparentemente se intensifica – o número de residências dos Parintintin em Humaitá cresceu, chegando a 25, com o número de residentes (temporários e permanentes) perfazendo o total de cerca de 80 pessoas



**Figura 5.5** Lago Três Casas - local de importância histórica para os Parintintin.

Fonte: Consórcio Ethias, 2019.

### 5.6. Inserção no Movimento Indígena Regional

Os Parintintin têm sua própria organização para reivindicar, fiscalizar e demandar melhorias em todos os setores públicos, a Organização do Povo Parintintin do Amazonas (OPIPAM). Fundada em 1994 com o nome de Associação do Povo Parintintin (APIPAN), sua criação e apoio inicial foi propiciado pelas organizações indigenistas Operação Amazônia Nativa (OPAN) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ambas de formação e origem católica (Consórcio Ethias, 2019).

Segundo depoimento dos seus dirigentes, a OPIPAM foi formada para pressionar a FUNAI a efetivar a demarcação física das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna, apoiando viagens à Brasília dos caciques e lideranças Parintintin das duas TIs ao longo dos anos 1990 – até que finalmente a FUNAI efetuou a demarcação física das TIs em 1998 (Consórcio Ethias, 2019)..

Desde então a OPIPAM além de fiscalizar e acompanhar as políticas públicas do povo Parintintin, especialmente aquelas com foco na saúde e na educação escolar indígena, executou diretamente vários projetos: com apoio financeiro da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE, com sede em Salvador na Bahia) realizou duas Assembleias Gerais; realizou a reforma da casa de apoio aos Parintintin em Humaitá (estudantes, pessoal em trânsito para venda de produtos etc.) como apoio da Embaixada Britânica no Brasil; um projeto de fortalecimento das atividades extrativistas nas duas TIs, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (2004); e outro do PDPI/MMA no mesmo objetivo em 2007. Em 2016 obteve apoio para seu fortalecimento institucional e em parceria com a ONG *Kanindé*

realizou o Diagnóstico Participativo do Território Parintintin (2012) e com a ONG Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) elaborou o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna, mais recentemente. E mais recentemente a OPIPAM tem tido como parceiro o Instituto Brasileiro de Educação – IEB em ações de fortalecimento institucional, implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas Parintintin e na formação de agentes ambientais (Consórcio Ethias, 2019).

A OPIPAM é base da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) que por sua vez é base da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira COIAB, que compõe a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB (Consórcio Ethias, 2019).

Dos projetos executados pela OPIPAM e antes mencionados nenhum deles se refere a medidas de mitigação/compensação de empreendimentos/atividades próximos às TIs.

## 6. CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL

As TIs Parintintin (*Nove de Janeiro e Ipixuna*) localizam-se no bioma amazônico na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no interflúvio Madeira – Tapajós, em áreas com predominância da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Úmida) e formações florestais sazonais em áreas de transição entre a várzea e a terra firme. O clima na região é classificado como Equatorial Úmido, com temperatura média superior a 18° C em todos os meses e com período seco não superior a 2 meses. A região sul do Amazonas está inserida no chamado arco do desmatamento em área de nova fronteira agrícola decorrente do avanço da produção de soja dos estados de Rondônia e Mato Grosso:

*“O sul do Estado (do Amazonas) é formado pelos municípios de Boca do Acre, Pauini, Canutama, Lábrea, Tapauá, Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. O seu contexto ambiental é formado por floresta ombrófila densa, caracterizada por árvores entre 40 e 50 metros de altura, cercadas de arbustos, com áreas úmidas ou encharcadas. O contexto também possui floresta ombrófila aberta, caracterizada por palmeiras, bambuzal e cipós, em uma espécie de fronteira com a vegetação do Centro-Oeste brasileiro. Há alguns anos, esses municípios do sul vêm enfrentando problemas com a intensificação do desmatamento, cujas causas estão fortemente relacionadas com as atividades do setor primário, representadas pela pecuária e pelo cultivo da soja que avançam do Centro-Oeste para o Norte. Antes de desenvolver uma análise do problema, faz-se necessário esclarecer que o Amazonas não se afigura entre os grandes produtores de carne bovina como o Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre, dentre outros. O próprio Estado é um grande importador de carne processada ou in natura”* (PONTES et ali, 2016: 70  
[‘http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/811/741’](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/811/741)).

As TIs Nove de Janeiro e Ipixuna estão próximas ao Interflúvio Purus-Madeira, mas são abrangidas no contexto do Interflúvio Madeira – Tapajós, entre os rios Madeira e Aripuanã. Área está delimitada como de influência da BR-319 para o Programa de Proteção e Implementação de Unidades de Conservação. No âmbito do processo de licenciamento ambiental da Br-319, a região do interflúvio Purus-Madeira conta uma administração específica em caráter provisório, a fim de promover planos e estudos que viabilizassem o desenvolvimento da região em bases sustentáveis com o objetivo de conter o avanço da fronteira agrícola.

Assim, em 22 de setembro de 2008, a Portaria nº 295 do Ministério do Meio Ambiente instituiu o Grupo de Trabalho (GT) BR-319, com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319. Composto por representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do MMA, além de representantes convidados do Ministério dos Transportes (MT), do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado do Amazonas, o GT BR-319 teve como objetivo definir, planejar e apresentar medidas preventivas a serem adotadas em relação aos impactos derivados do empreendimento, de forma a impedir o desmatamento e a descaracterização dos ambientes amazônicos ao longo da estrada. Este GT BR-319 instituiu o Subgrupo Proteção e Implementação das UC da BR-319, composto pelo ICMBio, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) do Estado de Rondônia e Conservation Strategy Fund (CSF), que elaborou um Plano de Proteção e Implementação das UC da BR-319 (ICMBio et al., 2008).

Considerada uma das mais efetivas maneiras de evitar o desmatamento oriundo da ocupação desordenada na região amazônica, as áreas protegidas foram consideradas primordiais no estabelecimento de medidas visando impedir a descaracterização dos ambientes naturais ao longo da estrada. Porém, para que essas UC venham a desempenhar seus objetivos de forma plena, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas que propicie não apenas a sua proteção, baseada em ações concretas de comando e controle, mas também possibilite o pleno desempenho das atividades vinculadas aos processos de implementação, consolidação e gestão dessas unidades.

O Plano em questão está calcado na oportunidade concreta de se iniciar o planejamento regionalizado e de forma integrada, tanto entre as diferentes categorias de unidades de conservação, como através de parcerias com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Trata-se de uma proposta integrada de ações, desenvolvendo critérios gerais para a estimativa de custos, com vistas a somar esforços para a efetiva implementação das unidades de conservação, buscando ainda consolidar o ordenamento territorial das UC e do seu entorno, além de otimizar os recursos aplicados. Em suma, tal estratégia de implementação dessas unidades da região da BR-319 está baseada na parceria e articulação interinstitucional, na integração do planejamento das unidades, bem como na proteção e monitoramento integrados destas áreas.

Assim, considerando que a instalação e, principalmente, o asfaltamento de rodovias na Amazônia tem reconhecido impacto sobre o aumento do desmatamento e como vetor de impulso para a ocupação regional, criou-se no interflúvio Purus-Madeira, um mosaico de unidades de conservação federais e estaduais, combinado com terras indígenas, como programa de compensação ambiental à retomada do processo de implantação da BR-319.

Nesse contexto, de forma a contribuir com ações preventivas para proteção do bioma amazônico no entorno da BR-319, o DNIT firmou acordo com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército Brasileiro (Portaria nº 645, de 04/06/2009), no valor de cerca de R\$ 29 milhões, para demarcação e sinalização de 27 (vinte e sete) Unidades de Conservação Federais e Estaduais (Amazonas e Rondônia) na área de influência da BR-319, Segmento do km 0,0 – km 877,4. O DNIT também firmou acordo com o ICMBio (Portaria nº 804, de 07/07/2009 e Termo de Cooperação nº 915/2010), em que foram repassados aproximadamente R\$ 31 milhões para implantação/proteção de 11 (onze) Unidades de Conservação Federais no entorno da BR-319. Da mesma forma, o DNIT firmou acordo com Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS (Termo de Compromisso nº 219/2009), em que foram investidos cerca de R\$ 10 milhões para implementação de 09 (nove) Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas.

Atualmente a região de influência da BR-319 no contexto do interflúvio Purus-Madeira no trecho em estudo ('trecho do meio' – km 250 ao 655) conta com um conjunto de 08 Unidades de Conservação (UC) federais e 07 estaduais. Estas unidades somam cerca de 8,5 milhões de hectares de área protegida do bioma amazônico com alto grau de integridade, formando grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo ambientes savânicos, áreas com Campinaranas e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre, juntamente aos rios de várias ordens de grandeza, igapós e lagos (ICMBIO (b), 2018).

A despeito do avanço de áreas antropizadas e dos crescentes índices de desmatamento, a região da bacia do Madeira onde localiza-se as terras indígenas do povo Parintintin, Nove de Janeiro e Ipixuna, ainda se encontra em bom estado de preservação, muito devido à dificuldade de acessos rodoviários e a presença do mosaico de áreas protegidas que incluem Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

O **Mapa 3** (MP-BR.319.AM-008-720-0082-003=B) do **Anexo 5**-Caderno de Mapas apresenta as Unidades de Conservação e Terras Indígenas na região da BR-319 e a **Tabela 16**, a seguir, apresenta a listagem das unidades de conservação na área de influência indireta da BR-319 para o meio biótico, no trecho em estudo, inseridas no contexto do interflúvio Purus-Madeira e da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) no segmento do 'Trecho do meio' da rodovia.

**Tabela 16.** Unidades de Conservação do “trecho do meio” da BR-319

UC/Unidade Federativa	Categoria	Área (ha)	Órgão Gestor	Data de Criação/ Alterações
REBIO do Abufari	Proteção	288.000	Federal	1982
FLONA de Humaitá	Uso	468.790	Federal	1998
RESEX Lago do Capanã	Uso	304.146	Federal	2004
RDS Rio Amapá	Uso	216.109	Estadual/AM	2005
FLONA de Balata-Tufari	Uso	1.077.859	Federal	2005
RDS Piagaçu Purus	Uso	1.088.167	Estadual/AM	2003
Floresta Estadual de	Uso	881.704	Estadual/AM	2009
RDS Igapó-Açu	Uso	397.557	Estadual/AM	2009
RDS rio Madeira	Uso	283.117	Estadual/AM	2006
RDS do Matupiri	Uso	197.083	Estadual/AM	2009
Parque Estadual do	Proteção	513.747	Estadual/AM	2009
PARNA Mapinguari	Proteção	1.744.852	Federal	2008/2010/2012
PARNA Nascente do Lago	Proteção	812.141	Federal	2008
RESEX Lago Cuniã	Uso	55.850	Federal	1999
Estação Ecológica de Cuniã	Proteção	189.661	Federal	2001/2007/2008/2010

Fonte: ICMBio, 2019

A criação dessa mescla de categorias de áreas protegidas na região teve como objetivo abrigar e proteger, ante os potenciais efeitos deletérios da abertura e melhorias da BR-319, os distintos modos de vida e as díspares relações de apropriação e reivindicação dos recursos naturais, que reflete de maneira geral o padrão histórico de ocupação regional. Nas regiões do Purus e do Madeira convivem populações ribeirinhas, extrativistas e indígenas que dependem da comercialização dos recursos naturais provenientes da pesca e da coleta/extrativismo para a sobrevivência e subsistência. Essa dependência dos recursos, as vezes escassos ou insuficientes dentro dos limites demarcados das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Terras Indígenas, muitas vezes leva ao conflito e disputas tanto internas como externas. Contribui ainda para as relações conflituosas de acesso aos recursos naturais os objetivos distintos inerentes para a criação das diferentes categorias de áreas protegidas, e mais recentemente, as pressões de ocupação oriundas de um novo modo de vida e de apropriação e transformação da paisagem decorrentes do avanço da fronteira agrícola e os projetos de infraestrutura que chegam a reboque.

O mosaico de unidades de conservação no interflúvio Purus-Madeira, incluindo as unidades federais e estaduais, é produto do processo de ocupação da região e atua sobre os conflitos pelo uso dos recursos naturais, como as atividades extrativistas e a exploração dos recursos naturais. De acordo com o Plano de Manejo da FLONA Humaitá (ICMBio, 2018), a diversidade de categorias e, conseqüentemente, objetivos das unidades, sobreposta a contextos locais distintos, nos quais se mesclam os perfis de ocupação histórica regional (indígenas, ribeirinhos e produtores agropecuários), estabelecem uma série de conflitos e de sobreposições territoriais, tais como terras indígenas e unidades de conservação; comunidades ribeirinhas extraindo recursos de unidades de conservação de proteção integral; pressões de ocupação resultantes do avanço da fronteira agrícola.

O município de Humaitá (AM), onde inserem-se totalmente as terras indígenas Parintintin, apresentava até o ano de 2016 um desmatamento acumulado de 74.520 ha, índice que colocava o

87

município, à época, apenas no 331º lugar entre os municípios da Amazônia Legal, muito devido ao ordenamento territorial consolidado e caracterizado, como já afirmado acima, pela delimitação de áreas protegidas, que representam cerca de 56% da área total do município, percentual que não leva em consideração as áreas de assentamentos de uso especial (PAE ou PDS) (14%). (IDESAM, 2018).

O **Mapa 4 – Ordenamento Territorial na Região da BR-319** no Anexo 5 - caderno de mapas, apresenta a distribuição das áreas legalmente protegidas e projetos de assentamentos na região.

Apesar do ordenamento territorial consolidado, a abertura da BR-319 e da Transamazônica, nas décadas de 1970 e 1980 e, mais recentemente, as obras de pavimentação da rodovia BR-319 no trecho Porto Velho – Humaitá trouxe para o município uma leva de migrantes da região sul do País, e, conjuntamente, a especulação e as disputas fundiárias ao redor das rodovias; invertendo a lógica e a dependência econômica do rio Madeira e suas áreas marginais, predominantes até então. Neste contexto, Humaitá é um dos municípios da área de influência da BR-319 com a maior demanda por regularização fundiária do Estado do Amazonas (IDESAM, 2018).

As unidades de conservação, juntamente com as UC estaduais e Terras Indígenas, formam um grande conjunto funcional de ambientes naturais que, conectados, constituem grandes corredores terrestres e aquáticos. Essa proximidade das UCs, fator que torna mais extensos os habitats protegidos, e o grau de integridade dos mesmos, formando grandes blocos contínuos de floresta ombrófila, com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e da Floresta Ombrófila Aberta, ocorrendo, também, grandes áreas de ambientes savânicos, áreas com Campinarana e Formações Pioneiras com influência fluvial e/ou lacustre, juntamente aos rios de várias ordens de grandeza, igapós e lagos. (ICMBIO (b), 2018)

A divisão da Amazônia em regiões ecológicas similares em termos de composição florestal e mais recentemente em Unidades de Paisagem Naturais (UPN), que levam em consideração aspectos do relevo, clima, solos, vegetação e índices de diversidade, torna-se útil para análises comparativas e diagnósticos ambientais pois permite um refinamento na distribuição e listagem das espécies de fauna e flora, apesar da delimitação complexa entre as unidades. Para as análises socioambientais da Alap (interflúvio Purus-Madeira) da BR-319 que subsidiaram a criação das Unidades de Conservação e seus posteriores planos de manejo foram identificadas as 14 UPNs delimitadas para a Amazônia Legal (ICMBio, 2018). Nas TIs Parintintin estão presentes as UPNs 12, 5 e em menor dimensão a UPN 8, assim caracterizadas, com base na proporção dos elementos formadores da paisagem – geomorfologia, geologia, solos e vegetação:

- **UPN 12:** Unidade preponderante na TI Ipixuna ocupando as áreas da Depressão Madeira-Canumã com predomínio da Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, e na TI Nove de Janeiro especialmente na região a oeste do rio Maici-Mirim. A UPN 12 também abrange áreas da planície amazônica na região sudoeste da TI Nove de Janeiro onde predomina a Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com Palmeiras e em pequeno trecho da planície do rio Ipixuna com Floresta Ombrófila Densa Aluvial na TI Ipixuna.

- **UPN 5:** Ocorre especialmente na porção leste da TI Nove de Janeiro entre os rios Maici-Mirim e Maici em áreas de Depressão Madeira-Canumã e na TI Ipixuna em pequeno trecho na região nordeste coincidindo com manchas de Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas com Palmeiras. A Unidade também abrange pequeno trecho da planície amazônica que acompanha as margens do rio Maici-Mirim caracterizada pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

- **UPN 8:** É caracterizada pela predominância da planície amazônica e solos aluviais com cobertura vegetal sob diferentes formações pioneiras com influência fluvial/lacustre, herbácea ou arbustiva. Ocorre em pequenas manchas de vegetação pioneira na TI Nove de Janeiro e na TI Ipixuna ao longo da planície amazônica que acompanha a faixa marginal do baixo curso do rio Ipixuna.

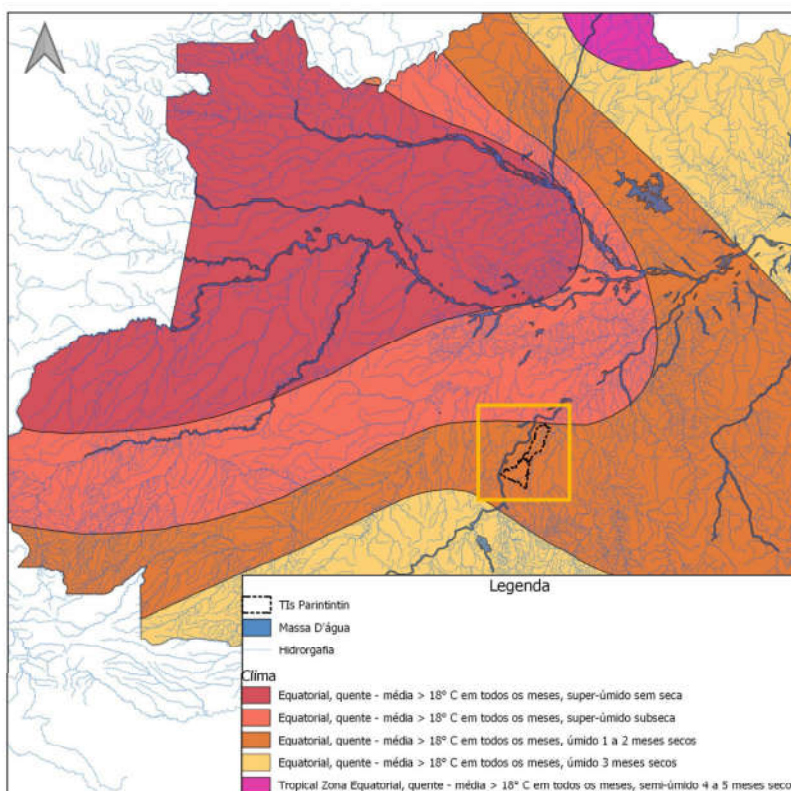


Cabe destacar que as UPNs 12 e 5 ocupam cerca de 60% da região do interflúvio Purus-Madeira, o que nos permite um embasamento nas comparações e descrições das características ambientais entre as análises e resultados obtidos nos planos de Manejo das Unidades de Conservação inseridas no Interflúvio e também na extrapolação dos dados levantados na complementação do EIA (ENGESPRO/TB-DNIT, 2019) no que tange as características socioambientais apresentados nos itens subsequentes: clima e recursos hídricos (item 6.1), geologia relevo e solos (item 6.2) tipologias ambientais (item 6.3) e os estudos da Fauna (item 6.4)

A distribuição da biodiversidade amazônica é debate que persiste atualmente, incluindo as questões da biogeografia e endemismos nos grandes interflúvios do bioma. Neste contexto, a região da TI nove de Janeiro está inserida em área de transição entre as várzeas da planície aluvial do Madeira e as terras firmes da depressão do Madeira-Canumã e da Depressão do Roosevelt- Aripuanã.

### 6.1. Clima e Recursos Hídricos

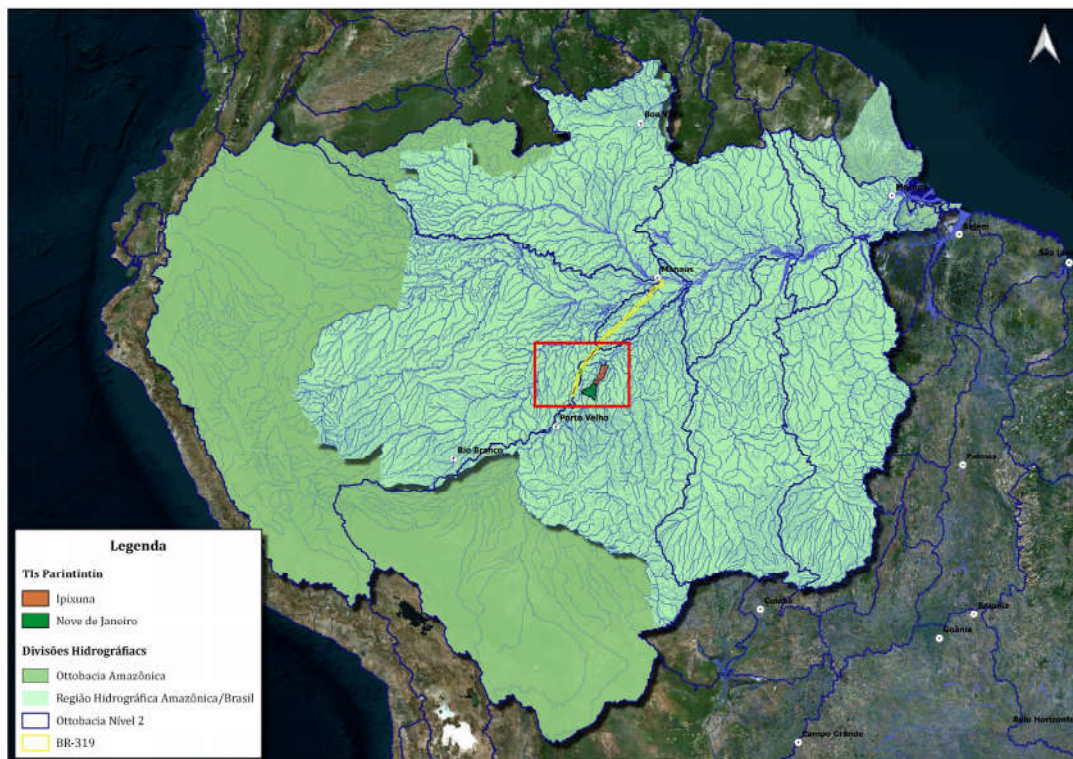
De acordo com a Classificação climática de Köppen-Geiger, no domínio morfoclimático da Amazônia ocorrem dois principais tipos de clima: Clima Tropical Equatorial (Af) e Clima Tropical de Monções (Am), ambos caracterizados como climas tropicais megatérmicos, com temperatura média do mês mais frio do ano superior a 18°C, estações invernosas ausentes e forte precipitação anual (superior à “evapotranspiração” potencial anual). A diferença entre estes climas está na distribuição das chuvas, sendo que o Clima Tropical Equatorial (Af) é predominantemente úmido, com ocorrência de precipitação em todos os meses do ano e inexistência de estação seca definida e o Clima Tropical de Monções (Am) é caracterizado por médias pluviométricas superiores a 1.500mm de chuvas anuais e mês menos chuvoso com não menos de 60 mm (ICMBio, 2018).



**Figura 6.1.** Domínios Morfoclimáticos.

Fonte: Adaptado de <https://geoservicos.ibge.gov.br>

A área de influência da BR-319 está localizada no interflúvio do Purus-Madeira, rios que constituem importantes tributários pela margem direita do rio Solimões, na Região Hidrográfica Amazônica (**Figura 6.3**). Por sua vez as terras indígenas Parintintin estão localizadas na Sub-Região Hidrográfica do Médio Rio Madeira e inseridas integralmente na Unidade de Planejamento Hídrico (UPH) do Médio Madeira, em região do interflúvio Madeira-Tapajós, entre os rios Madeira e Aripuanã, conforme apresentado pelo **Mapa 5 - Divisões Hidrográficas e Rede de Drenagem de Interesse**, no caderno de mapas e pelas **Figuras 6.3 e 6.4**, a seguir.



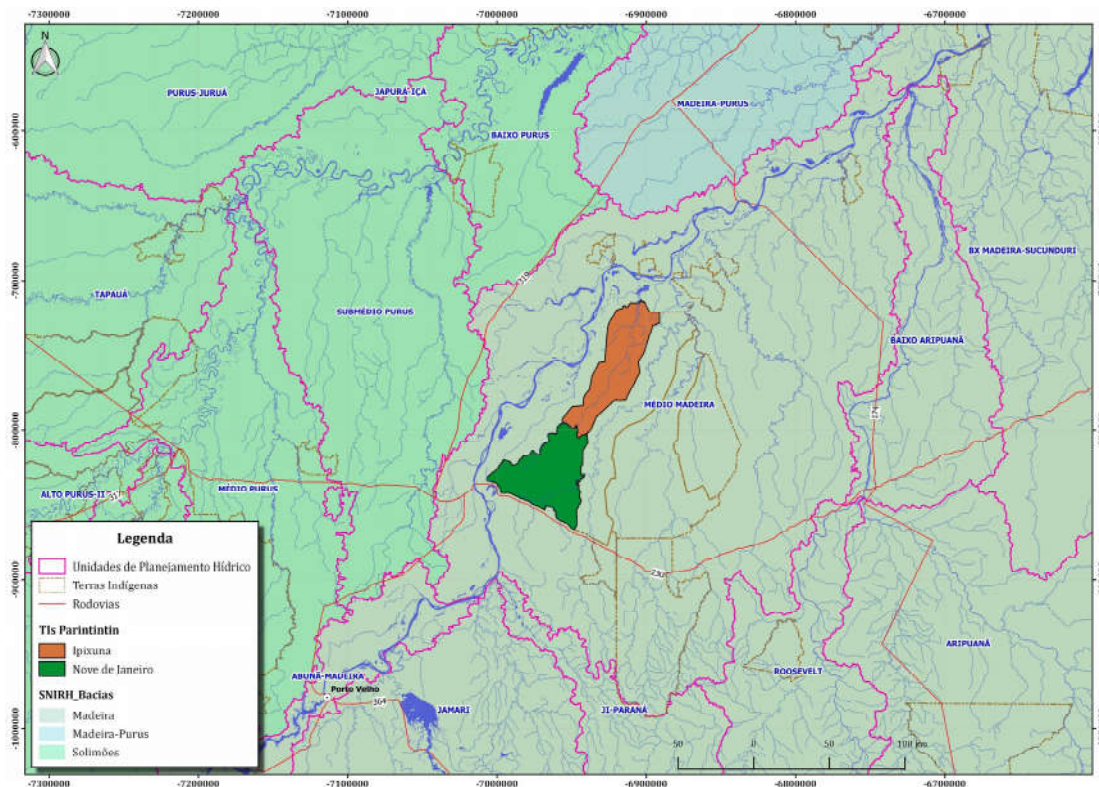
**Figura 6.2** Inserção das TIs Parintintin na Bacia Hidrográfica Amazônica.

Fonte: Consórcio Etnias ANA-SNIRH, 2006

Tanto a bacia do Madeira quanto a do Purus apresentam densa rede de drenagem dendrítica (ou arbórescente) com meandros bem marcantes típicos de drenagens que corre no interior da planície amazônica (UFAM/DNIT, 2009)

A UPH do Médio Madeira possui área de aproximadamente 78 km<sup>2</sup>, que representando 14% da área total da bacia do rio Madeira. Enquanto a bacia do Purus apresenta índices de preservação e cobertura de vegetação natural em torno de 90% de sua área total, a bacia do Madeira apresenta cerca de 71% de sua área ocupada por vegetação florestal e cerrados (ANA, 2012)

A Terra Indígena Nove de Janeiro situa-se no divisor de águas de dois tributários do Médio Rio Madeira, o rio Ipixuna e os rios Maici/Marmelos. O rio Ipixuna, cuja nascente encontra-se em área de terreno elevado com formações pioneiras na região central da TI Nove de Janeiro, segue sentido norte até o limite com a TI Ipixuna a qual atravessa inteiramente até desaguar no Madeira. Outro importante curso d'água é o rio Maici-Mirim que corta a TI Nove de Janeiro, na região sudeste até o limite com a TI Pirahã e desagua no rio Maici (ou Maici-Grande) cuja foz é no rio Marmelos, outro importante afluente do rio Madeira.



**Figura 6.3.** Localização das TIs Parintintin em relação a divisão hidrográfica  
Fonte: Consórcio Etnias; ANA-SNIRH, 2016

O rio Maici-Mirim é o principal canal de transporte e acesso dos Parintintin para as regiões dos castanhais e outras zonas de recursos explorados pelas famílias da aldeia Traíra. São nas margens e afluentes deste curso d’água que estão localizadas algumas das principais aldeias antigas dos Parintintin e outros importantes locais históricos da época do contato.

Na sub-bacia do rio Maici-Mirim destaca-se o igarapé Traíra, importante curso d’água para os Parintintin, especialmente para os moradores da aldeia Traíra, que usam suas águas para navegação, pesca e lazer.

Na região sudoeste da TI, os igarapés sofrem influência direta dos pulsos de inundação e da sazonalidade do rio Madeira, constituindo pequenas bacias de contribuição direta nas áreas de Várzea do Madeira. A rede hídrica nessa região é constituída de cursos d’água de pequena ordem interligados por canais e lagos. O lago Pupunha é a principal comunicação entre os igarapés afluente do igarapé Pupunha e o Rio Madeira. O lago, em cuja as margens está localizada a aldeia Pupunha, além de constituir em via de acesso alternativo para os Parintintin chegarem ao centro urbano de Humaitá, também é a via principal para acessar as regiões dos castanhais e outros recursos naturais localizados na divisa da TI, na áreas dos afluentes do Igarapé do Antônio, curso d’água que constitui parte do limite sudoeste da TI.

Caracterizado como rio de águas barrentas (brancas), o Madeira apresenta áreas de várzeas marginais alternadas com áreas de terra firme, enquanto seus tributários formados no escudo brasileiro apresentam águas claras, especialmente os afluentes da margem direita, caso dos principais rios da TI Nove de Janeiro; Traíra, Ipixuna e Maici-Mirim. A bacia do Rio Madeira tem uma formação complexa, visto que alguns formadores e tributários são de origem andina, percorrendo a região sudoeste da bacia e contribuindo para característica barrenta do rio, existindo ainda pequenos tributários de águas pretas (**Figura 6.4**). “A heterogeneidade paisagística presente na bacia do rio

*Madeira garante alta diversidade por oferecer ambientes distintos como campinas, cerrados, florestas de terra firme e de várzea, buritizais, tabocais, e águas barrentas, pretas e transparentes.* (PY-DANIEL, 2007: 35-42).

Essa diversidade também é percebida pelos Parintintin, que diferenciam a assembleia e espécies de peixes existentes nos rios barrentos (rio Madeira) daquela que vive nos rios de águas clara (rio Ipixuna), conforme palavras dos agentes ambientais indígenas da TI Ipixuna comentando sobre as relações das inundações do rio Madeira sobre o rio Ipixuna: “*o Madeira todo ano vaza para o Ipixuna*”, ainda de acordo com os Parintintin esse fenômeno traz implicações para a dinâmica ecológica, especialmente para a composição da ictiofauna local, conforme descrito no itens 6.4.1 (Ictiofauna) e 6.5.3 (Caça e Pesca) deste relatório.



**Figura 6.4.** Coloração das Águas dos Principais rios da região da TI Nove de Janeiro. a) Rio Madeira em Manicoré; b) Rio Madeira em Humaitá, acesso a TI Nove de Janeiro; c) Igarapé Traíra na divisa da TI; d) Rio Maici na ponte da BR-230 (fev-2019).

**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019.

A existência de uma série de corredeiras na parte superior do rio, na região de Porto Velho (RO) tornou o rio Madeira importante aos olhos do setor elétrico nacional, culminando na construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, com interferência direta nas características naturais dos pulsos de inundação da bacia. Nas conversas com os Parintintin sempre veio à tona o assunto da grande cheia do Madeira em 2014, os quais culpavam a construção das hidrelétricas como a grande responsável pela vazão histórica registrada naquele ano. Nas visitas as casas mais distantes dos núcleos aldeados sempre nos mostravam a marca e o local até onde a água chegou naquele ano, atingindo diretamente as residências e roças.

Outro fator que representa um relevante passivo ambiental para a bacia hidrográfica do Madeira, e conseqüentemente um impacto para as comunidades aquáticas e quem depende delas, é a questão do garimpo e mineração de ouro. A bacia do rio Madeira é considerada a segunda região mais importante de mineração de ouro na Amazônia (ICMBio, 2018. PM da FLONA de Humaitá). O impacto da atividade mineradora decorre tanto pela contaminação por metais pesados (mercúrio) quanto pela degradação ambiental das áreas exploradas, por meio de modificação do leito do rio com conseqüente aumento da carga de sedimentos a jusante (CAPOBIANCO *et al*, 2001)

Na bacia do rio Madeira, além dos depósitos dispersos de ouro, cabe destacar também a província estanífera de Rondônia, e de acordo com os dados do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) a região da bacia do Madeira apresenta cerca de 550 km<sup>2</sup> de áreas oneradas por direitos minerários, maior valor para os tributários da margem direita do Solimões/Amazonas. (ANA, 2012)

Durante as atividades de campo (fevereiro/2019) a equipe registrou ao longo das margens do rio Madeira, entre Humaitá e a boca do Igarapé Pupunhas, algumas embarcações e balsas utilizadas no garimpo (ver Mapas 2 e 6 no **Anexo 5** para localização do trecho citado).

#### 6.1.1. Usos dos recursos hídricos

Os rios e igarapés na região amazônica tem importância fundamental para cotidiano e modos de vida da população regional, sendo estas ribeirinhas ou não. Os cursos d'água representam o meio de locomoção e fornecem fonte de renda e subsistência para as famílias.

Os principais rios e igarapés da TI Nove de Janeiro são aqueles que de alguma forma constituem referências para o modo de vida Parintintin, seja nas atividades do cotidiano, tais como o banho, as brincadeiras, as pescarias, o lavar a roupa e as louças, seja como caminho para as canoas e acesso aos parentes mais distantes, às roças e as áreas dos castanhais e outras áreas de caça e pesca; seja também como local considerado sagrado ou histórico em cuja as margens abrigam antigas aldeias e cemitérios, hoje mais distantes das atividades do Parintintin mas que ainda carregam a conotação simbólica de outros tempos.

A seguir estão caracterizados os cursos d'água considerados de importância para o modo de vida Parintintin conforme seus usos. A localização dos principais rios de interesse para os parintintin estão destacados no **Mapa 6 - Rede de Drenagem de Interesse na Região das Terras Indígenas Parintintin (Anexo 5 - Caderno de Mapas)**.

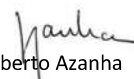
##### • **Núcleo Aldeia Traíra**

**Igarapé Traíra:** é o mais importante curso d'água para os parintintin do Traíra, em cuja a margem direita localiza-se a aldeia de mesmo nome, constituindo o porto para atracar as canoas e um dos principais espaços para os afazeres sociais da aldeia (local de banhos, área de brincadeiras das crianças e local para lavar roupa e louças), competindo apenas nos dias atuais, com os quintais, com o centro de cultura e o campo de futebol.

Este igarapé é o meio de transporte para deslocamento dos parintintin quando querem visitar as áreas de recursos naturais, como os castanhais mais distantes, localizados ao longo do rio Maici-Mirim, ou mesmo para chegar nas áreas de roça na margem oposta à da aldeia.

Os Parintintin da TI Nove de Janeiro, de maneira geral, independentemente da aldeia ou local em que moram, consideram as águas do Ig. Traíra (**Figura 6.6**) como referência de uma "água boa" como veremos em algumas citações e transcrições durante este relatório.

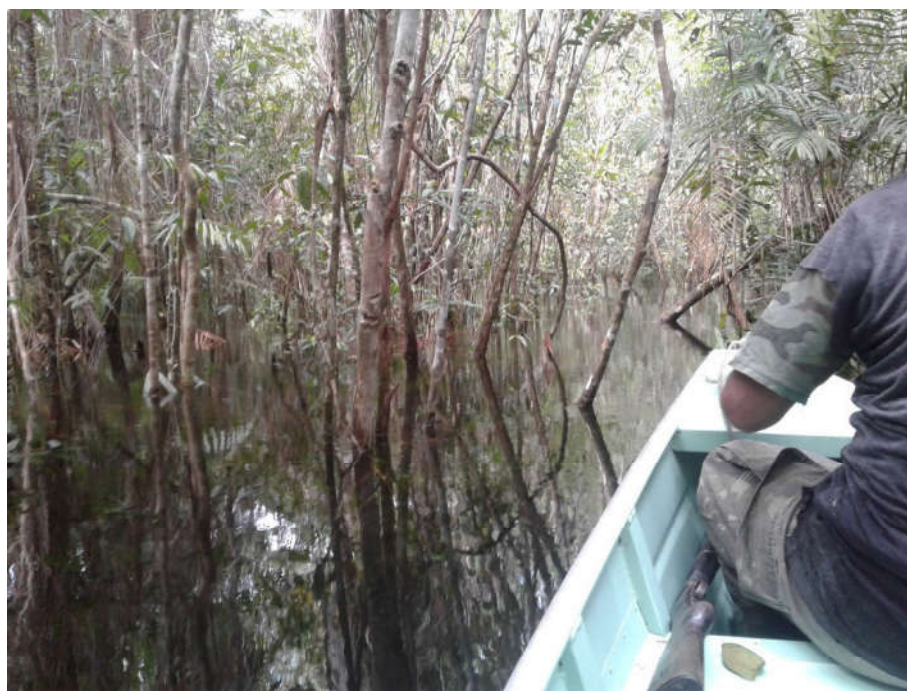
Trata-se de um igarapé de águas claras que na época das chuvas em alguns locais torna-se quase preta e escura, especialmente nas áreas florestais alagadas que formam um regime que beira ao lóxico nos trechos inferiores do igarapé. Nestes trechos, em épocas de chuva, fica quase impossível mesmo



para um parintintin treinado e considerado em bom piloto/canoeiro conseguir diferenciar o curso principal dos meandros e alagadiços marginais, visto a presença da mata fechada onde as águas alcançam quase a copa. No seu trecho superior, logo a montante da aldeia Traíra, o igarapé corre, desde as nascentes no interior da FLONA de Humaitá, por terrenos encaixados, com curso principal claramente visível e distinto das margens alagadas e, por isso mesmo, com aparência mais larga e correntes mais rápidas.



**Figura 6.5.** Igarapé Traíra em um dos locais de banho e porto na aldeia Traíra



**Figura 6.6.** Ambiente típico da época da cheia no Ig. Traíra na região da aldeia Traíra.

**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019.

**Igarapé Balata:** um dos principais afluentes do igarapé Traíra desembocando logo abaixo da aldeia e, por isso, utilizado como caminho fluvial para áreas de roça, coleta e extrativismos situadas

em áreas próximas da aldeia. Antes da construção da BR-230 a região do Balata também era utilizada como varador (caminho) entra a região do Traíra (antiga aldeia do *Varadorzinho*) e a aldeia Pupunha, os Parintintin denominam o caminho de *Varadouro do Irara*, hoje suas picadas são mais utilizadas como caminho de caça.

**Igarapé do Mariano:** igarapé de importância histórica para os Parintintin, pois era, assim como o Ig. Balata, a região do varadouro do Irara e neste trecho ligava a antiga aldeia *Alvarenga* à região do Ig. Pupunhas próxima a antiga aldeia *Castanheira*. Ao longo deste varador as margens do Ig. Mariano existem vários pontos significativos da história Parintintin, desde aldeias antigas e locais de moradias, como pontos de trabalhos com sorva, coleta, extrativismo e de caça e pesca.

**Rio Ipixuna (Ipixuna Grande):** o rio Ipixuna, as vezes chamado de Ipixuna Grande como contraponto ao outro braço formador de mesmo nome, era o caminho utilizado pelos Parintintin quando queriam transitar entre a região do Madeira, hoje aldeia Canavial da TI Ipixuna, e a região do Maici-Mirim e Ig. Nove de Janeiro, hoje TI Nove de Janeiro. Como constituem bacias hidrográficas distintas o caminho entre os dois rios se dava pelo *Varador da Canoá*. Atualmente os Parintintin utilizam para este trajeto o transporte fluvial pelo rio Madeira. Ao longo do rio Ipixuna existem vários pontos que marcam o processo histórico da ocupação Parintintin e a região de seu médio e baixo curso constitui o ambiente principal para os Parintintin da TI Ipixuna. É caracterizado como um rio de águas claras e um dos principais cursos d'água da TI em termos de hierarquia fluvial e área de drenagem.

**Rio Maici-Mirim:** é o curso d'água de maior volume na TI e um dos mais importantes para os Parintintin da aldeia traíra na questão do acesso aos recursos naturais. Com as nascentes situadas fora da TI, na região da FLONA de Humaitá, o rio corre a partir do limite sul em sentido nordeste até a divisa com a TI Pirahã. Em termos de hierarquia fluvial o Maici-Mirim é o curso d'água de maior importância na TI visto que recebe as águas dos principais igarapés da TI, incluindo o Traíra e o Ig. Nove de Janeiro. Ao longo das margens do Maici-Mirim existem regiões constantemente utilizadas pelos parintintin para atividades de coleta, extrativismo e caça, e importantes locais de pesca, seja no próprio rio, por meio de armadilhas na época da seca ou em lagoas marginais. Após a confluência com o Ig. Nove de Janeiro as regiões das bocas dos igarapés representam zonas de recursos, especialmente castanhais.

**Igarapé Nove de Janeiro:** curso d'água que representa trecho do limite sul da TI, região que é delimitada em quase toda a sua extensão por linha seca acompanhando o traçado da BR-230. Por sua vez, o limite da TI no igarapé Nove de Janeiro, por abranger uma extensão maior de terras na faixa entre a rodovia e a TI, é vista como uma área em constante conflitos fundiários e invasões, visto a facilidade de acesso pelo igarapé, e sendo assim, um igarapé fundamental para a questão de vigilância e controle territorial. As nascentes do Nove de Janeiro localizam-se na FLONA de Humaitá, assim como os principais rios da TI, com exceção do Ipixuna. O baixo curso do igarapé tem importância histórica para os Parintintin, pois foi na confluência com o Rio Maici-Mirim o local onde foi implantado o primeiro posto de atração do SPI (Ver Item 5.3) e posteriormente transformado em local de moradia e aldeia, hoje abandonada. Acompanhando o padrão observado ao longo do Maici-Mirim, a boca do Ig. Nove de Janeiro é um local de pesca e entrada para um Castanhal.

**Igarapé Sucurijú:** Local de antiga aldeia Parintintin é hoje considerado sagrado e um local temido que apresenta grandes perigos e abriga seres espantosos (STRACHULSKI, 2018).

*“Sucurijú é porque tem muita sucuri. Morava uma cobra muito grande. Tem onça-d'água, que é tipo de terra só porque a onça do fundo o peito é vermelho. Só porque ela mora na água, tem boca preta. Ele chama takapé, já comeu três Pirahã. Ele sai pra caçar mais mora lá no fundo. Tem aquele cavalo-marinho também, só que ele é onça também. Ataca as pessoa. Onça-veado também, a cabeça é tipo veado, mais é onça. Tem várias onça do fundo. Tem onça vermelha e onça preta. E tem mais ainda lá”. (José Cláudio Parintintin, in STRACHULSKI, 2018: 193)*



O igarapé, distante da aldeia Traíra, é um afluente de pequeno porte da margem esquerda do baixo curso do rio Maici-Mirim, já na região do limite com a TI Pirahã.

**Igarapé São Raimundo:** pequeno afluente pela margem esquerda do rio Maici-Mirim e formando parte do limite leste da TI Nove de Janeiro. A boca deste igarapé marca a entrada pra a TI e a divisa com o território dos Pirahã, o que torna o local estratégico em termos de programas de vigilância, gestão e controle territorial. No local já existiu uma aldeia Parintintin (*São Raimundo*) mas o padrão serpenteado do Maici-Mirim logo abaixo da foz do Ig. São Raimundo não permitia os Parintintin avistarem longe os possíveis invasores ou os “pacificadores” da época do contato, levando a constituírem outra aldeia mais acima, no Maici-Mirim, chamada de *Ponta Limpa*, pois foi construída no centro de um longo estirão, possibilitando ver de ambos os lados os potenciais inimigos que se aproximassem pelo rio.

**Igarapé Varador da Canoa:** o nome faz referência ao local de entrada de acesso ao *Varador da Canoa*, caminho utilizado pelos Parintintin para “varar” até o rio Ipixuna de onde seguiam até o território central Parintintin na divisa da TI Ipixuna, onde estão localizadas antigas áreas de exploração de recursos e antigas aldeias. Igarapé afluente pela margem esquerda do rio Maici-Mirim e hoje utilizado para a coleta de castanha e para pescarias.

**Igarapés Comprido, Bacupari, Djokoi, Xororó, Sovinha, Cuitibi e Vista Alegre:** todos estes igarapés são cursos d’água afluentes do rio Maici-Mirim no interior da TI Nove de Janeiro e constituem acessos a importantes zonas de recursos e pontas de castanha exploradas pelos Parintintin da aldeia Traíra. Além do acesso aos castanhais, açazais e outras espécies de interesse., as bocas destes igarapés são consideradas também bons locais para pesca áreas de caça, e constituem um conjunto hídrico de uma região mais importante do ponto de vista histórico e de uso dos recursos naturais da TI Nove de Janeiro na sub-bacia do Maici Mirim/Ipixuna.

• **Núcleo Aldeia Pupunha**

**Igarapé e Lago Pupunhas:** o conjunto do igarapé pupunhas e o lago são os principais corpos d’água para os moradores da região da aldeia Pupunha, tanto como via de transporte quanto para as atividades de pesca, entretanto os Parintintin procuram evita-lo par as atividades gerais do cotidiano, tais como banho e a lavação de roupas, tanto no inverno quanto no verão, segundo afirmação dos próprios.



**Figura 6.7.** Lago Pupunhas e aldeia Pupunha – TI Nove de Janeiro

**Igarapé Marizal:** é o mais próximo curso d'água de pequeno porte da aldeia Pupunha, porém é pouco utilizado pelos Parintintin em suas atividades diárias mesmo considerando que o lago Pupunha também é evitado pela força e perigos das águas, servindo apenas com o via de acesso aos castanhal da comunidade, bem próximo da aldeia. A ausência de um igarapé bom na região do Pupunha é constantemente lembrada pelos moradores: *“No Traíra é bom o Igarapé”* (Lucicleide/aldeia Pupunha – 14/02/19). Tal frase expõe as qualidades das águas e a beleza atribuídas ao igarapé traíra por todos os Parintintin, neste contexto a frase foi dita com certo tom de inveja uma vez que na aldeia Pupunha seus moradores não possuem igarapé assim. Quando visitamos a aldeia, a época da cheia, foi nos relatado que eles evitam as águas do Marizal devido ao grande número de jacarés no local.

**Igarapé Maloca:** *“A água do Maloca é igual ao traíra”* (Morador da aldeia Pupunha – 14/02/19) vê se aqui, mais uma vez, a referência do ig. Traíra como um bom curso d'água, como um padrão de água boa pelos Parintintin. A microbacia do Maloca é uma região de ocupação antiga dos Parintintin

**Laguinho:** trata-se de um pequeno alargamento do canal principal do igarapé, daí o nome, muito utilizado para pescarias pelos moradores da aldeia Pupunha, especialmente na época da seca, quando o acesso é fácil. A região do Laguinho é também local de antiga aldeia (*Aldeia Laguinho*).

**Rio Iomocó:** curso d'água que constitui parte do limite oeste da TI até a sua confluência com o rio Ipixuna. De acordo com relatos dos Parintintin no Iomocó havia uma antiga aldeia com muitos castanhais e bastante fartura e que hoje está abandonada. A região do Iomocó sempre foi importante para os Parintintin pela proximidade com as áreas dos seringais e castanhais do rio Madeira e por abrigar entre os períodos de 1924 até 1940 locais de assentamentos e moradias dos Parintintin a partir das bases de *“pacificação”* criadas pelo SPI à época. Hoje a região do Iomocó (ou Iomokó) é utilizada como área de recursos extrativistas (castanhais e açazais) e considerada atualmente pelos Parintintin como uma zona de recuperação dos recursos naturais, justificada por esta ocupação antiga do local, seja pelos Parintintin (Ver item 5.3 deste relatório) seja pelos seringueiros.

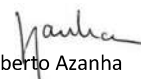
**Rio Ipixuna (Igarapé Ipixuna):** Ao contrário do nomenclatura da base cartográfica oficial, os Parintintin denominam e diferenciam os dois braços formadores do rio Ipixuna em Igarapé Ipixuna e rio Ipixuna Grande. Nos mapas e etnocartas elaboradas pelos Parintintin todo o trecho do Ipixuna abaixo da confluência com o rio Iomocó, formando o limite oeste da TI Nove de Janeiro, recebe o nome deste último, que volta a ser chamado de Ipixuna apenas na confluência com o braço maior (Rio Ipixuna Grande) na região da divisa com a TI Ipixuna.

**Igarapé do Antônio:** curso d'água que forma o limite sudoeste da TI e constitui a principal via fluvial para a região dos castanhais do Igarapé Grande, Ig. São Domingos, São Sebastião e rio Iomocó. Apesar de suas nascentes estarem próximas da aldeia Pupunha, a navegação para as regiões dos castanhais só é possível a partir do Lago 3 casas, que na época da cheia forma canal até um braço do Ig. do Antônio, de onde os parintintin sobem o igarapé até a região do Ig. Grande e Iomocó (Ver **Mapas 6 – Rede de Drenagem e Interesse** e **10 – Etnomapeamento e Uso dos Recursos Naturais**, no Anexo 5).

**Igarapé Grande:** Compõe junto com os igarapés São Domingos e São Sebastião os cursos d'água formadores do Ig. do Antônio, drenando uma região composta por zonas de recursos utilizadas pelos Parintintin da aldeia Pupunha, especialmente para coleta de castanha (Castanhal do Carmo e Castanhal do Cobra) e como área de caça no região das nascentes do rio Iomocó.

**Igarapé São Sebastião e São Domingos:** dois igarapés afluentes pela margem direita do Ig. do Antônio e região de dois importantes castanhais para os Parintintin, o castanhal do Cobra e o castanhal São Domingos.

**Rio Madeira:** o Madeira, embora fora dos limites das TIs Parintintin, atua diretamente no ciclo de cheia e vazante influenciando especialmente a dinâmica hidráulica dos rios e igarapés da região sudoeste da TI Nove de Janeiro e, conseqüentemente, regrando grande parte da atividade extrativa e



o calendário anual das atividades produtivas dos Parintintin. O pulso de cheia do Madeira também representa nos dias de hoje não só o fator positivo da dinâmica da apropriação dos recursos naturais e toda a adaptação que envolve o cotidiano das áreas das planícies de inundação dos grandes rios amazônicos, mas também, tornou-se motivo de receio perante as recentes enchentes ocasionadas, de acordo com os Parintintin, pelas hidrelétricas construídas acima de Porto Velho. O transporte pelo rio Madeira é ainda hoje a principal via dos Parintintin da Nove de Janeiro para chegar até ao região de Manicoré (AM) ou para visitar a aldeia Canavial dos parentes da TI Ipixuna. Os Parintintin da aldeia Pupunha também utilizam o Madeira e seus afluentes, lagos e canais para chegarem até os castanhais da região do Ig. Do Antônio e do rio Iomocó, podendo também servir como via alternativa para o acesso até Humaitá na época da cheia. A região da margem direita do madeira, especialmente a região do Lago 3 casas, é um local antigo de ocupação Parintintin que remonta à década de 1920, constituindo uma região de conflitos com os seringueiros na época do contato e “pacificação” e ainda hoje é considerada como uma região importante para o extrativismo e coleta da castanha.

## 6.2. Geologia, Relevo e Solos

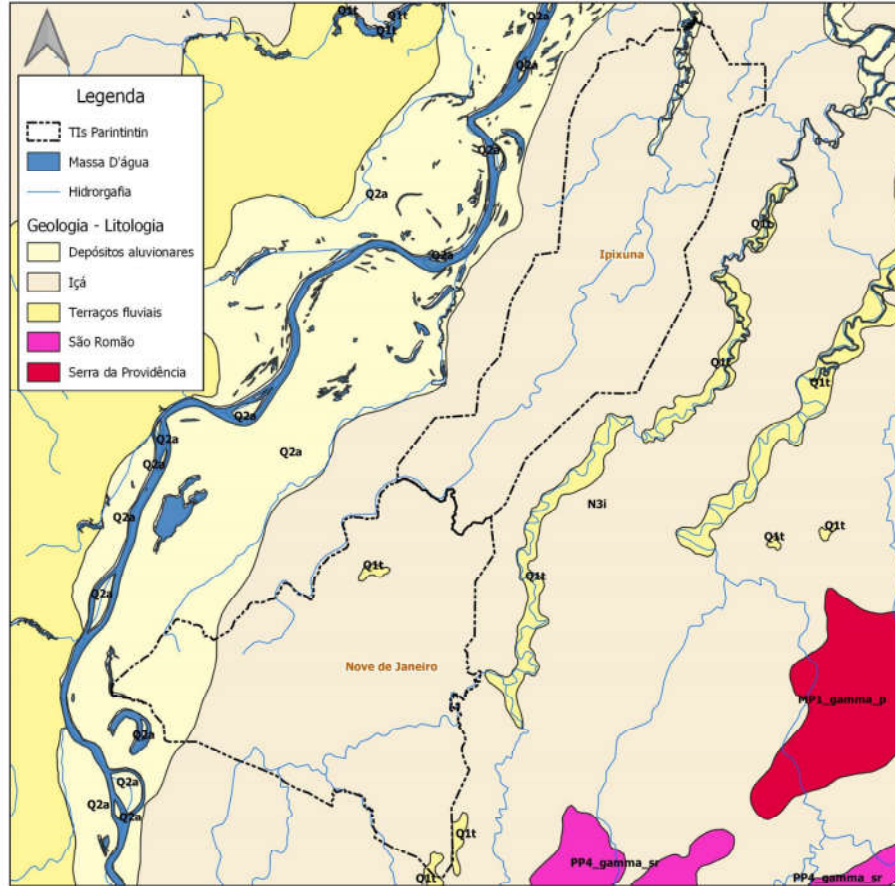
A Amazônia está inserida no contexto regional de duas grandes unidades geológicas: o Cráton Amazônico e a Bacia do Amazonas (ALMEIDA et al., 1981). A Bacia do Amazonas divide o Cráton Amazônico em duas porções distintas: uma a norte e outra a sul. A porção norte, designada de *Escudo das Guianas*, avança para o sul da Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, enquanto a porção sul, designada de *Escudo Brasil Central*, engloba a parte sudeste do Amazonas, Rondônia e estende-se para o Mato Grosso.

A região que compreende a TI Nove de Janeiro encontra-se sobre as rochas sedimentares da Bacia Amazônica, caracterizadas pela topografia plana e idade recente. Em termos geológicos ocorrem quatro diferentes unidades geológicas:

- Formação Içá
- Cobertura Detrito-Laterítica
- Aluviões Holocênicos
- Terraços Holocênicos

A Formação Içá, é predominantemente arenosa com níveis lateríticos, incluindo intercalações de argilitos cinza a vermelhos e camadas de turfa. É composta de sedimentos pelíticos fluvio-lacustres com bancos arenosos, além de lentes e concreções de calcários e gipsita e lentes de linhito. Esta Formação é muito rica em fósseis vegetais e animais, como troncos, folhas, carófitas, ostracoides, escamas, dentes e ossos (CAPUTO et al., 1971). Essa formação é predominante na margem esquerda do rio Madeira, abrangendo pequena parcela da TI Nove de Janeiro, localizada na margem direita, onde predominam as coberturas detrito Laterítica.

As coberturas detrítico-lateríticas possuem ocorrência extremamente comum, distribuídas de forma ampla e descontínua em toda a região. Ao longo das planícies e terraços aluvionares são encontrados depósitos pelito-psamíticos e cascalhos, relacionados à rede de drenagem amazônica que apresentam ocorrências de aluviões antigos (Terraços Aluviais) e recentes, datados do período holocênicos (Planícies Aluviais de Inundação), ao longo das redes de drenagem (**Figura 6.8**).



**Figura 6.8.** Unidades Geológicas nas TIs Parintintin  
**Fonte:** Consórcio Etnias; adaptado RADAMBRASIL,1978

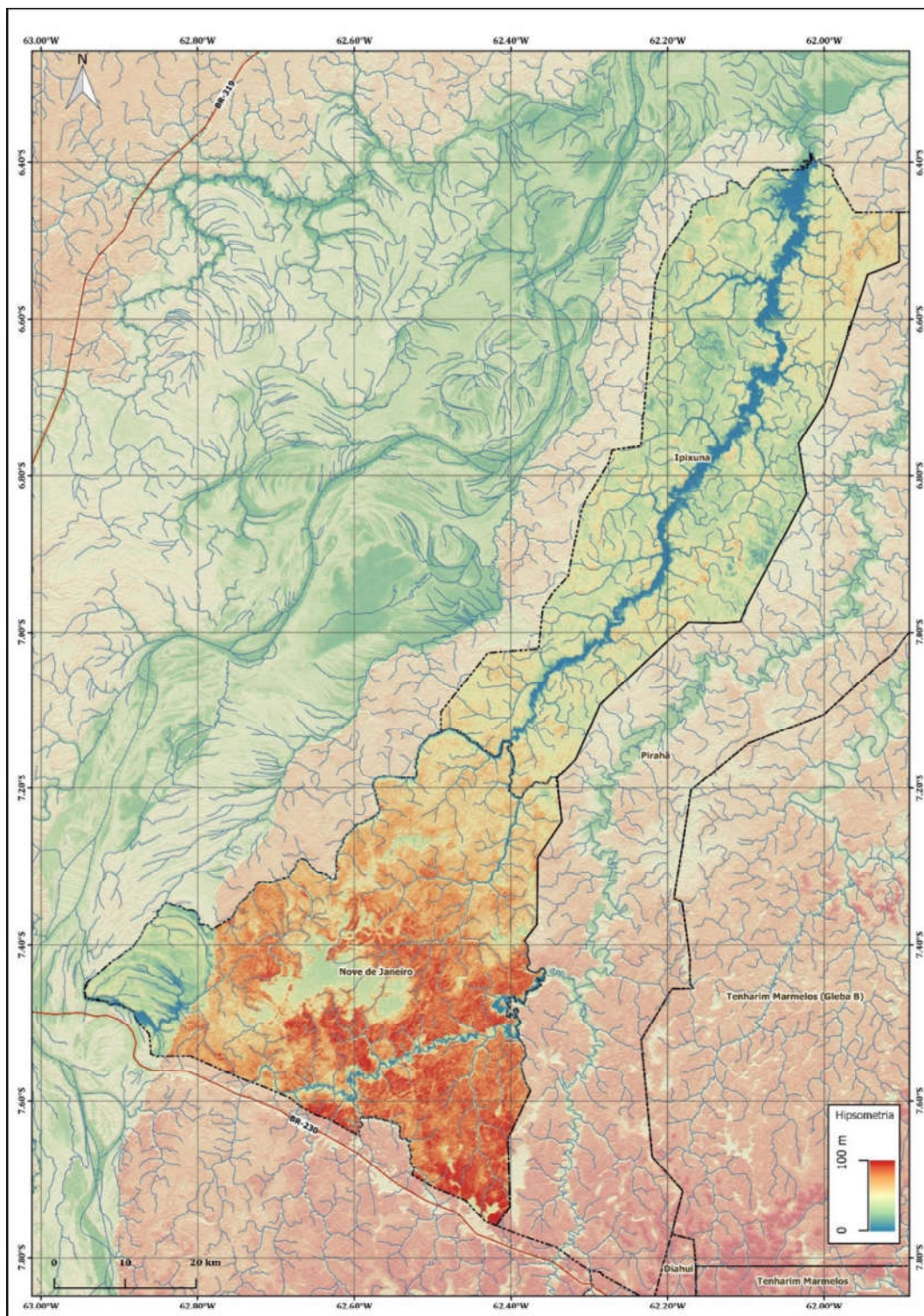
Geomorfologicamente, a região está inserida no **Domínio morfoclimático da Amazônia**, segundo a classificação de Aziz Ab'Saber, que abrange o conjunto de características topográficas, pedológicas, climáticas, florestais e hidrológicas da área ocupada pelo bioma amazônico e recebe a nomenclatura de **terras baixas florestadas equatoriais**. Este domínio apresenta formas de relevo predominantemente marcadas por depressões, consideradas em comparação com o relevo circundante, havendo baixos planaltos e planícies fluviais da **Bacia Amazônica**.

Na área de influência da rodovia foram individualizadas as seguintes unidades morfoestruturais:

- 1) Planície Amazônica;**
- 2) Depressão Madeira - Canumã;**

Na região da TI, a planície amazônica é formada por relevos topográficos aplainados de cristas suaves convexas ou tabulares e terraços, observada ao longo das redes de drenagem. Na TI a Depressão Madeira Canumã apresenta distintas características: a porção central apresenta plano abaciado de inundação, cuja natureza é de acumulação, onde o relevo é mais baixo em relação as áreas circundantes e nota-se dissecação homogênea ou diferencial, formando topos de cristas tabulares.

A **Figura 6.9** a seguir e o **Mapa 7 - Geomorfologia na Região das Terras Indígenas em Estudo ( Anexo 5 - Caderno de mapas)** mostram, respectivamente, o mapa hipsométrico e as unidades geomorfológicas na região das TIs Parintintin.



**Figura 6.9** Mapa Hipsométrico da região das TIs Parintintin

Fonte: Consórcio Etnias, 2019; Topodata/INPE

Os solos da Amazônia são considerados de baixa fertilidade, uma vez que apresentam extrema pobreza em fósforo, acidez elevada, pobreza em macro e micronutrientes e lençol freático pouco

profundo. O fósforo concentra-se na superfície, proveniente da decomposição da biomassa vegetal, tornando-se um dos grandes fatores limitantes a produção agrícola.

Quando sobrepostas as terras indígenas da Amazônia Legal sobre o mapa de solos, verifica-se que diversas etnias se distribuem sobre as áreas mais férteis. Na TI Nove de Janeiro, os solos predominantes são Latossolos Amarelos e Latossolos Vermelho-Amarelo Podzólicos, característicos dos baixos platôs da Amazônia, associados a formação Alter do Chão (EMBRAPA, 2006) e Gleissolos nas planícies de terraços fluviais, ao longo dos corpos d'água, sendo mais expressiva ao longo do rio Maici-Mirim periodicamente ou permanentemente saturados por água e de baixa fertilidade. Especialmente na porção central da TI, associada ao relevo de acumulação, os solos são caracterizados como Podzol Hidromórfico.

Cabe destacar a importância que as chamadas “terras pretas” possuem para o sistema produtivo da população amazônica de terra firme. Estes solos antropizados e férteis são disputados para as plantações e roças e atuam como marcadores e indicadores da presença de espécies específicas de uso Parintintin. Os Parintintin em suas descrições das áreas utilizadas para extrativismos e coleta sempre indicavam onde havia “terra preta”, coincidindo quase sempre com áreas de antigas colocações e moradias Parintintin, identificando as áreas pela presença de certas espécies vegetais. Não só os indígenas, mas também os moradores vizinhos a TI Nove de Janeiro, prezam as pequenas manchas deste solo fértil para fazer suas roças e plantações, buscando tais solos inclusive no interior da TI, como pôde ser verificado pela equipe de campo em fevereiro de 2019, onde o invasor afirmou que buscou as terras do outro lado do igarapé (limite da TI) devido à presença de “terra preta” e que era boa para plantar o milho.

O **Mapa 8** – (MP-BR.319.AM-720-082-013=A) **Classes de Solo na Região das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna no Anexo 5**-Caderno de Mapas, apresenta as classes de solo na região das TIs Parintintin.

### 6.3. Caracterização e Mapeamento das Tipologias Vegetais

Dentro do contexto da Amazônia continental, as TIs Parintintin ocupam áreas da Floresta Tropical Úmida do Interflúvio do Madeira-Tapajós, em áreas de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Aberta, com trechos de contato da vegetação pioneira e áreas florestais, especialmente ao longo do rio Madeira onde predominam espécies arbóreas como a *Bertholetia excelsa* (castanheira) (RADAMBRASIL, 1978). A importância da castanheira (*Bertholetia excelsa*), no contexto da região florística amazônica, se dá por sua ocupação em grandes espaços da Floresta Ombrófila Densa, constituindo, em algumas situações, associações homogêneas, facilitando, assim, seu extrativismo comercial. (IBGE, 2012)

A TI Nove de Janeiro pode ser caracterizada em primeiro plano por 3 ambientes distintos e diferenciados pela tipologia vegetal e decorrentes dos padrões climáticos e edáficos. Observando as **Figuras 6.9 e 6.10** podemos notar duas regiões marcantes em relação a altimetria e geomorfologia do terreno, as áreas do sudoeste da TI são caracterizadas pela variação sazonal das águas do rio Madeira, constituindo *áreas de várzea* na planície amazônica onde predominam a **Floresta Ombrófila Aberta Aluvial**. Já no trecho norte e leste da TI, especialmente a região do rio Ipixuna, encontram-se *áreas de terra firme* da região da depressão do Madeira-Canumã com predomínio da **Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas**. Na região Central da TI, podemos notar uma área de terreno atuando como divisor hidrográfico e caracterizada por solos hidromórficos e *formações arenosas* com vegetação de **campinas/savanas**.

A partir da **Figura 6.10** (Hipsometria) apresentada acima e do **Mapa 9 – Classes de Vegetação e Usos do Solo nas TIs Nove de Janeiro e Ipixuna**, apresentado no **Anexo 5**, podemos notar o padrão distinto de elevação do terreno e as tipologias vegetais correspondentes, através da imagem gerada

pelo Modelo Digital de Elevação (MDE) do SRTM (Shuttle Radar Topographic Mission) produz as informações topográficas do território brasileiro em uma resolução de 30-90 metros.

Em menor escala a tipologia ambiental também varia conforme o grau de influência dos cursos d'água e sua sazonalidade que, no caso da região da TI Nove de Janeiro encontra-se fortemente marcada pelos períodos de seca e cheia ou verão/inverno. As áreas da planície amazônica que presentes nas margens dos cursos d'água de maior porte da TI, a tipologia florestal está adaptada ao regime periódico de inundação, constituindo verdadeiras áreas de igapós (Figura 6.10) e floresta ombrófila aluvial.



**Figura 6.10.** Ambiente alagado no Igarapé Traíra (fev-2019) **Fonte:** Consórcio Etnias, 2019.

### 6.3.1. Florestas

As florestas da TI Nove de Janeiro possuem variações em função de relevo, havendo as com fisionomia de terra firme e as que toleram alagamento. Além dessas variações, há outras que podemos atribuir à sua ecologia histórica; um exemplo marcante dessas fisionomias está nos castanhais, alguns concentrados ao ponto de serem evidentemente manejados, adensados, onde a própria exploração se encarrega de reproduzir e adensar a espécie. Ainda entremeada com açazeiros, esses ambientes indicam uma presença humana, nos moldes do que vem sendo descrito na literatura científica recente sobre a Amazônia, incorporando descobertas nas áreas de arqueologia (GOES NEVES, 2012) antropologia (BALÉE, 2013) ecologia (CLEMENT et al., 2015 e LEVIS et al., 2017), sobre a influência humana ameríndia na formação florestal.

A ponta do lago Pupunha, onde se desenvolve a comunidade da Pupunha, local onde extraem grande quantidade de castanha, para comércio, é um adensamento de castanheiras que foram contadas por uma equipe de agentes ambientais Parintintin, em dados fornecidos por Thiago Parintintin, resultando numa contagem de mais de 510 castanheiras num espaço de 136 hectares.

Boa parte das florestas do Oeste da TI Nove de Janeiro estão assentadas sobre cordões arenosos, correspondendo a essa ponta onde se encontra a Comunidade Pupunha, toda essa extensão temos uma vegetação florestal marcada pela pequena variação atitudinal dos cordões arenosos, refletindo no potencial de suscetibilidade à água e ao alagamento dessas florestas. No entanto, tal relevo não impediu o crescimento das castanheiras.

Embora a fisionomia do castanhal seja de floresta, a localidade onde esse castanhal se desenvolve está classificado floresta tropical aberta aluvial (RADAMBRASIL, 1978. SB20: 78), de menor

102

porte que o castanhal encontrado; ali estão solos sedimentares relacionados ao pálio leito do Rio Madeira, com marcas de cordões arenosos e taludes, denotando antiga drenagem no local.

As formações florestais dominam a maior parte da terra indígena, expandindo-se para as outras formações mais jovens, relacionadas, ou às dinâmicas fluviais, ou aos tabuleiros por onde não estão formadas as drenagens. São também dominantes em termos de biomassa, de existência de recursos para os Parintintin e de biodiversidade. Em nossa pesquisa de campo (fev/2019) foram encontrados, num espaço curto de caminhada, castanheira (*Bertholetia excelsa*, Lecythidaceae), sorva (*Couma utilis*, Apocynaceae), breu branco (*Protium heptaphyllum*, Burseraceae), uchi lisa (*Endopleura uchi*, Humiriaceae), seringueira (*Hevea brasiliensis*, Euphorbiaceae), dentre as árvores, e açazeiros (*Euterpe* sp.), bacabeiras (*Oenocarpus* sp.), babaçueiros (*Orbygnia* sp.) dentre as palmeiras; essas são encontradas em formações mais abertas. Além das espécies registradas, foram relatadas diversas das espécies úteis: copaíba (*Copaifera* sp.), jatobá (*Hymenea* sp. Fabaceae), piquiá (*Caryocar villosum*). Também foram observadas espécies sem utilidade direta, mas de importância na ecologia da floresta: *Parkia multijuga* (Fabaceae), angelim (*Dinizia excelsa*, Fabaceae), ipê (*Hadroantus* sp.).

Nos estudos pioneiros sobre essa região (RADAM, 1978) as florestas foram divididas de acordo com as formas de relevo que ocupam, conforme descrição a seguir:

### 6.3.2. Campinas

As formações campestres centrais da TI Nove de Janeiro são vistas pelos Parintintins como um território de seres perigosos à presença humana, local a não ser visitado. Por diversas vezes ouvimos argumentos e relatos sobre quem se aproximou dali. Os parintintins contornam tais áreas, vão mais distante território adentro, rumo a rios de igarapés do outro lado, mas evitam os grandes campos do centro da TI Nove de Janeiro.

Observando as imagens de satélite e de conhecimento de outras regiões de campos e campinas da Amazônia brasileira (Rio Negro, Rio Andirá, lavrado roraimense e Formação Alter do Chão), o comportamento espectral do ecossistema ali se assemelha ao de uma formação de campina, de campos naturais em grande parte relacionados ao comportamento da água em terrenos planos e com regime pluvial estacional, com uma grande variação. São também evidenciados pelos tipos de solo. Nas campinas, o acúmulo no solo de águas oriundas das chuvas, sem necessariamente aflorar na superfície, cria uma limitação ao crescimento de árvores. Formam-se campinas, trechos com gramíneas e ciperáceas em solo arenoso, onde moitas de arbustos e árvores raquitizadas, mas também com buritis, itaubeiras e campinaranas, formações arbóreas mais abertas com raízes desenvolvidos estruturando os solos, criando uma macia camada sensível ao peso humano, causando afundamento momentâneo quando pisados, como num colchão. Raízes generalizados e folhas que as nutrem, esse é o sistema do centro da TI Nove de Janeiro, onde nascem parte de seus cursos de água, logo, embora não sejam explorados diretamente, tem importância fundamental para a saúde da terra inteira; cabe suspeitar uma inteligência nessa interdição.

Esses solos são classificados como HP podzóis (areias quartzosas) hidromórficos (referentes à umidade). A informação confere com a descrição da vegetação acima, adaptada a condições menos favoráveis ao desenvolvimento arbóreo.

Também durante as caminhadas foram descritos sistemas com itaubeiras (*Mezilaurus itauba*), uma laurácea de porte relativamente baixo (em comparação com essências da floresta) mas com cerne duro. Itaubeiras foram relatadas pelos Parintintin como uma madeira importante, pela sua durabilidade, valorizada para a construção.

### 6.3.3. Formações Pioneiras, contato com florestas

A extensão do Igarapé Traíra também possui uma vegetação ripária mais baixa, que os Parintintin associam à campina, onde ocorrem as itaubeiras. Próximo ao igarapé, há muitas gramíneas,

um tabocal que por vezes torna difícil a passagem pelo igarapé. Tal vegetação baixa está relacionada às sedimentações recentes e ao dinamismo dos cursos de água, e devem ser consideradas formações pioneiras.

Das áreas visitadas, a formação pioneira abrange as margens do Igarapé Traíra, onde predominam tabocais entremeados por algumas árvores de baixo porte e troncos finos (Figura 6.11). Parte dos sítios históricos visitados estão em áreas manejadas dentro desse tipo de vegetação, tal como o “*Varadorzinho*”, onde há um cemitério infantil e mais acima, já fora da área, a sepultura de Aruká. Parte dessa vegetação sofre inundação temporária durante a estação chuvosa, e outra parte mantém-se fora da água, significando uma vegetação de transição, pouco extensa, porque acompanha os cursos de água.

Embora a vegetação pioneira represente pequena área da TI Nove de Janeiro, sua localização a torna importante, pois cerca a área de maior ocupação humana, no sul da terra Indígena. E representa uma certa barreira para a penetração por terra das matas de terra firme da outra margem do Igarapé Traíra. No geral, para acessar recursos na terra, os Parintintin se deslocam de barco e encontram local para desembarcar e seguir por terra.



**Figura 6.11.** Tabocal alagado no curso do Rio Traíra. Formações de influência fluvial mista, com palmeiras e bambu. **Fonte:** Consórcio Etnias, 2019.



**Figura 6.12.** Buritizais no curso do Rio Traíra, acima da comunidade. O fuste alto indica a baixa estatura do resto da formação. **Fonte:** Consórcio Etnias, 2019.

Os aspectos principais dessa vegetação, conforme **Figuras 6.11 e 6.12** acima, são sua capacidade de sobreviver ao alagamento sazonal pelas cheias dos igarapés, sua composição ora com tabocais, ora com palmeirais, e sua baixa estatura com pouco volume de biomassa lenhosa (**Figuras 6.11 e 6.12**). Salvo alguma exceção. As principais palmeiras encontradas foram os buritis (*Mauritia flexuosa*), a mais resistente ao alagamento, ora aparecendo as palmeiras jauari (*Astrocaryum jauari*) e jará (*Leopoldina sp.*), e na parte mais seca há associações de palmeiras úteis, como a bacaba, e o babaçu. As árvores mais comuns são cecropiaceas nas partes mais úmidas e burseráceas, myrtaceas, humiriaceas, clusiaceas e fabaceas, denotando uma certa relação com as campinas de terras arenosas.

#### **6.3.4. Mapeamento da Vegetação e Usos do Solo**

A classificação e identificação das formações da vegetação foram realizadas a partir dos dados revisados do Projeto Radam (RADAMBRASIL, 1978), conforme classificação do Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992; 2012). As áreas antropizadas, identificadas como áreas desmatadas ou áreas utilizadas para os roçados indígenas, atuais e capoeiras antigas, foram delimitadas a partir de imagens de Satélite Sentinel-2 (bandas R=11-G=8-B=4, data 06-07/2018) e imagens Bing VirtualEarth, complementadas pelos polígonos de desmatamento fornecidos pelo INPE (ano 2018). Imagens Landsat 8 em composição colorida (bandas R=6-G=5-B=4) acrescidas da banda 8, com resolução espacial de 15metros, foram também analisadas, para garantir maior convergência de evidências.

Dessa forma, os principais usos do solo e cobertura da terra e as classes e formações vegetais identificadas no interior das terras indígenas Parintintin estão descritas a seguir.

##### **Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com Palmeiras (Aap)**

Formação característica das regiões alagáveis que acompanha os cursos d'água, ocupando as planícies e terraços periodicamente ou permanentemente inundados (IBGE, 2012). Na TI Nove de Janeiro a formação aberta aluvial é caracterizada pela presença marcante de buritizais e açazais e ocupa toda a região sudoeste da TI, nas áreas da planície amazônica das margens do rio Madeira na região do Lago Pupunhas. Na TI Ipixuna a totalidade das formações da floresta aluvial estão enquadradas na formação da floresta ombrófila densa.

##### **Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas (Ab)**

Uma das faciações florísticas da floresta ombrófila densa, é caracterizada pelo período seco superior a 60 dias cobrindo terrenos areníticos do Terciário e geralmente, no caso da região da TI Nove de Janeiro, com presença de palmeiras, especialmente da espécie *Mauritia flexuosa* (buriti). Na área de influência da BR-319 a formação é a predominante na margem esquerda do rio Madeira, no interflúvio Purus-Madeira, enquanto na região da TI Nove de Janeiro está presente apenas próximo ao limite sul, nas cabeceiras e formadores do Igarapé Traíra. (**Mapa 9** - Classes de Vegetação e Uso do Solo.) e na TI Ipixuna no limite leste em área que circunscreve formações pioneiras, totalizando apenas 3% da área desta TI.

##### **Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Da)**

Trata-se de formação ribeirinha que constitui as “matas ciliares” e “matas de várzea” ao longo dos corpos d'água, ocupando terraços antigos das planícies quaternárias, periodicamente inundáveis e/ou só eventualmente inundados, ao longo dos flúvios, independentemente da altitude. Na Amazônia estas fisionomias são denominadas e diferenciadas em florestas inundáveis por águas barrentas (várzea) ou pretas/claras (igapó) (PY-DANIEL, 2007). As florestas de Várzea estão situadas nas planícies sedimentares de alagação de rios de água branca (barrenta), como o rio Purus e o Madeira, regiões que sofrem influência da flutuação do nível dos rios, nos períodos de cheia e vazante (UFAM/DNIT - Componente Indígena BR-319, 2009b; IBGE, 1992). Por sua vez, os ambientes de igapó podem ser encontrados em trechos ao longo das planícies alagáveis dos principais rios e igarapé da TI

Nove de Janeiro (rio Maici-Mirim, Ig. Traíra, Ig. Pupunha) e na TI Ipixuna principalmente ao longo do trecho do médio/baixo rio Ipixuna.

Por ser alvo de intensa exploração madeireira apresenta dossel emergente, com fisionomia bastante aberta e presença de palmeiras, especialmente dos gêneros *Mauritia* e *Euterpe*, com predominância na região amazônica da *Mauritia flexuosa* e *Euterpe oleracea*. (IBGE, 2012).

A floresta densa aluvial abrange aproximadamente 4 % das TIs Parintintin, ao longo dos rios Maici-Mirim e Ipixuna.

#### **Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Db)**

Uma das fisionomias do tipo vegetacional Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), a floresta de terras baixas é caracterizada por espécies arbóreas de grande porte em regiões de clima ombrotérmico com temperaturas médias anuais entre 22°C e 25°C e altas precipitações, bem distribuídas durante o ano todo, (período seco varia de 0 a 60 dias) (IBGE, 1991 – Manual Técnico da Vegetação Brasileira;). Na TI Nove de Janeiro a formação da floresta ombrófila densa é caracterizada como de terras baixas por ocupar terrenos de cobertura sedimentares terciárias de depressões não inundáveis de interflúvios, correspondente, neste caso específico, à região da depressão do Madeira-Canumã.

O sub-bosque geralmente apresenta-se médio com Musaceae, Cyperaceae, Melastomataceae e nas porções de relevo suave e rebaixado com alagamento periódico pode haver predomínio de Gramíneas (taboquinha), conforme pôde ser identificado pela equipe técnica nas margens do Igarapé Traíra em ambiente de floresta ombrófila densa em transição com formações pioneiras (ver figura 6.12). Frequente também nessa formação é a presença de agrupamentos de palmeiras nas áreas mais baixas e nos talvegues (RADAMBRASIL, 1978). A formação ocupa a maior parte do território da TI Nove de Janeiro e Ipixuna (cerca de 90%), especialmente os trechos Norte e Nordeste na faixa da depressão entre as planícies e os terrenos aluviais dos rios Maici, e seu afluente Maici-Mirim e as planícies do rio Madeira (ver **Mapa 9** - Classes de de Vegetação e Usos do Solo, apresentado no **Anexo 5**).

A formação da Floresta Ombrófila Densa de terras baixas abrange 85% do território Parintintin demarcado somando 380 mil hectares de floresta de terra firme contínua.

#### **Savana Florestada/Contato/Campinas (Sd)**

A presença de manchas de formação savânica e campinaranas em áreas florestais é reflexo das características predominantes e das relações entre o clima, relevo e o solo. As formações de campinas ocorrem principalmente na região central da TI Nove de Janeiro em área de terreno rebaixado e solos arenosos e hidromórficos. Ressalta-se que nas revisões dos dados do Projeto RADAM esta mancha foi reclassificada como formação pioneira com influência fluvial/lacustre (Pah). Entretanto, esta mancha, definida aqui como savana/campinas, representa a principal área com formação não florestal da TI Nove de Janeiro, com área de 11 mil hectares que representa cerca 5% da TI.

#### **Formação Pioneira com Influência Fluvial e/ou Lacustre Herbácea (Pah e Paap)**

A vegetação pioneira ocorre, sobretudo, nos terrenos instáveis das planícies com influência fluvial, tendo como característica o porte arbustivo/herbáceo em constante sucessão e de caráter edáfico e de acumulação dos solos ribeirinhos aluviais e lacustres. Sobre estes terrenos alagáveis permanentes ou de influência das cheias sazonais dos rios é que ocorrem, por exemplo, os Buritizais e Açaizais da região norte (IBGE: 1992 - *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*). Na Terra Indígena Nove de Janeiro as formações pioneiras com influência fluvial são predominantemente de porte herbáceo (Pah) e estão restritas a pequenas manchas nas regiões central e nordeste da TI, em solos higromórficos podzolizados (HPa), entre os rios Ipixuna e Maici-Mirim e ao redor do lago e igarapé Pupunha. Já na TI Ipixuna as formações pioneiras são de estrato herbáceo com palmeiras (Paap) e



acompanham os terrenos aluviais que margeiam o trecho do baixo rio Ipixuna. As formações pioneiras ocupam não mais do que 2% do território Parintintin.

### Áreas antropizadas

Para o mapeamento das áreas antropizadas no mapa de vegetação e usos do solo das TIs Parintintin foram utilizados os dados e polígonos do PRODES referente as áreas de desmatadas até 2018, para complementação de dados mais recentes (ano 2019) e para identificação de áreas degradadas e de uso antrópico (roças e capoeiras) em menor escala foram analisadas as imagens de satélite Sentinel 2 e Landsat 8. As áreas classificadas como antropizadas consistem em áreas desmatadas com solo exposto ou em estágios pioneiros de regeneração bem como áreas de uso agrícola. No interior das TIs Parintintin observam-se pequenas manchas de áreas de uso antrópico nas regiões do entorno das comunidades e aldeias e estão associadas às áreas de roças, novas e antigas e as áreas correspondentes as construções e infraestrutura das aldeias (casas, escola, posto de saúde, campo de futebol, etc...). As áreas antropizadas e degradadas ocorrem especialmente ao longo da faixa de domínio da BR-230 nos limites sul da TI Nove de Janeiro e correspondem á áreas desmatadas e de pastagens e dos lotes e imóveis rurais, e em menor escala áreas com derrubada seletiva das propriedade com autorização para planos de manejo florestal emitido pelo IPAAM.

As áreas antropizadas e em estágios pioneiros de regeneração representam menos de 1% do território demarcado dos Parintintin (Tabela 17).

**Tabela 17.** Áreas e Percentuais de Ocupação e Cobertura da terra nas TIs Parintintin

Formações Vegetais e Usos do Solo	TI Nove de Janeiro		TI Ipixuna		Total(ha)
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	
Floresta Ombrófila Aberta Aluvial (Aa)	20467	8.9%	0	0.0%	20467
Floresta Ombrófila Aberta de Terras Baixas (Ab)	0	0.0%	6612	3.1%	6612
Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Da)	5958	2.6%	11001	5.1%	16959
Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Db)	187500	81.7%	192469	89.4%	379969
Savana/Campinas/Contato (Sd)	11654	5.1%	0	0.0%	11654
Formação Pioneira (Pah e Paap)	3263	1.4%	4388	2.0%	7650
Áreas antropizadas (Ap)	636	0.3%	158	0.1%	794
Água	25	0.0%	695	0.3%	719
<b>Total</b>	<b>229.502,00</b>	<b>100%</b>	<b>215.323,00</b>	<b>100%</b>	<b>444.825,00</b>

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A distribuição das classes de Vegetação nas TIs Parintintin e entorno estão apresentadas no **Mapa 9 – Classes de Vegetação e Usos do Solo**, no **Anexo 5-Caderno de Mapas**.

### 6.4 Fauna Regional

A região dos interflúvios Purus-Madeira, onde encontram-se a maior parte do território sob influência da BR-319, e o interflúvio Madeira-Tapajós, onde estão localizadas as TIs Parintintin, abrangem, ambas, extensões consideráveis de contínuos florestais e uma gama de variedades e tipologias ambientais que refletem também não só na diversidade florística encontrada mas também na diversidade e especificidade da fauna. Tanto as questões biogeográficas dos isolamentos e

endemismos proporcionados pelos Interflúvios de grandes rios amazônicos, quanto a variação da composição e fisionomias vegetais, que vão de campinas a florestas densas, passando por florestas com palmeiras em ambientes abertos, mostra esta complexidade na distribuição das espécies e a riqueza faunística na região das TIs aqui abordadas e seu entorno regional.

Os dados coletados nos estudos complementares da Fauna e que compõe o EIA/RIMA (ENGESPRO/DNIT, 2019) serviram como base para a caracterização da fauna das TIs Parintintin, complementados pelos dados do Plano de Manejo da FLONA de Humaitá, localizada na mesma bacia hidrográfica e apresentando similaridades ambientais com as TIs.

Vale ressaltar que, de acordo com a análise de similaridade de espécies realizada entre as onze UCs, nenhuma combinação alcançou uma similaridade maior do que 36% em relação à ictiofauna e 37% quanto à avifauna, ficando em cerca de 40% para a mastofauna, exceto para os Parques Nacionais Mapinguari, Nascentes do Lago Jari e a Floresta Nacional Balata-Tufari com similaridade de 60% para mastofauna. Em alguns casos, os valores mais altos de similaridade não foram encontrados entre UC contíguas. Assim, pode-se supor que as UC do Interflúvio não funcionam como réplicas umas das outras, o que reforça a importância de cada uma das onze UCs para a representação e conservação adequada da biota da Região do Interflúvio Purus-Madeira (ICMBio, 2018).

As TIs Parintintin fazem parte deste complexo ambiental e no tocante sobretudo à fauna, todas as espécies mencionadas para estas localidades – incluindo aquelas em risco de extinção ou seriamente ameaçadas – ocorrem naqueles territórios.

Para uma contextualização mais focada na fauna que faz sentido aos Parintintin, Strachulski (2018) expõe as espécies reconhecidas pelos Parintintin, tanto em ictiofauna, como em espécies vegetais cuja frutificação atrai caça e indica ainda as espécies preferidas de caça dos Parintintin, geralmente aquelas de maior porte, tais como: antas (*Tapirus terrestris*), queixadas (*Tayassu peccari*) e caititus (*Tayassu tajacu*), bem como macaco barrigudo (*Lagothrix sp.*) e os roedores cutia (*Dasyprocta sp.*) e paca (*Agouti paca*). Além destas, pela nossa experiência e nas observações de campo podemos acrescentar outros animais com os quais os Parintintin possuem relação: macacos são domesticados, há pacas em uma casinha de criatório. Embora não citados no aspecto da caça, a avifauna tem grande importância simbólica, sendo inclusive denominação das duas metades exogâmicas (gavião e mutum). Outros tem importância na alimentação (jacus e outros cracideos), como animais de estimação (papagaios, jacus, jacamins), e passeriformes habitam as proximidades das moradias.

A caracterização e a listagem das espécies da fauna, incluindo a ictiofauna, de provável ocorrência nas TIs Parintintin encontram-se analisadas por grupos nos itens a seguir.

#### **6.4.1. Ictiofauna**

Os levantamentos sistemáticos da ictiofauna do rio Madeira tiveram início na primeira década do século XX e atualmente estimam-se em 920 o número de espécies de peixes para bacia hidrográfica do Madeira em território brasileiro, chegando a 1000 se incluído os dados de pequenos igarapés afluentes do rio Purus. O número de espécies provavelmente deve aumentar a partir de novos estudos e levantamentos que contemplem os igarapés e pequenos rios da região de terra firme e ainda o trecho boliviano do alto curso do Madeira. (Queiroz et al, 2013). Este número estimado de espécies representa a maior riqueza de peixes entre as bacias Amazônicas (ENGESPRO/TB-DNIT, 2014).

A ictiofauna dos pequenos Igarapés de terra firme dos interflúvios do Madeira, predominantes nas terras indígenas Parintintin, ainda carece de estudos sistemáticos para o dimensionamento da riqueza, diversidade e estrutura, visto a importância que a comunidades de peixes dos altos tributários e pequenos cursos representam para as populações ribeirinhas e para a dinâmica ecológica destes ambientes.

A variedade de ambientes aquáticos presentes na região amazônica, alternando grandes rios, lagos, várzeas e igarapós com trechos de corredeiras e uma infinidade de igarapés, formando uma das maiores e mais densas redes hidrológicas do mundo.

Sobre a ictiofauna de pequenos igarapés do Interflúvio Purus-Madeira, podemos citar os resultados obtidos por Barros (2008), em áreas amostrais no entorno da Rodovia BR-319 em levantamento de 22 trechos de igarapés de terras firmes com resultado de coleta de 86 espécies, e que aponta dados relevantes nas conclusões de seus resultados, dentre eles; 1) que as diferenças do número de espécies entre alguns trechos amostrados pode ser decorrente das características distintas dos ambientes e dos diferentes graus de impacto antrópico; 2) e que *“a alta diversidade de peixes presentes no interflúvio Madeira-Purus poderá ser afetada em consequência das ações antrópicas previstas e planejadas para esta área”* (Barros, 2008, pg 56) Podemos citar ainda, sobre este tema, os resultados oriundos dos levantamentos complementares da Fauna realizados pelo ENGESP/RO-TB-DNIT (2019) no âmbito do EIA/RIMA da BR-319, que amostraram 14 cursos d’água, no período chuvoso, com resultado de coleta de 4660 indivíduos de 208 espécies, em sua maioria Characiformes (54% de riqueza e 79% da abundância).

Os levantamentos realizados para o Plano de Manejo da FLONA de Humaitá, e que incluíram 3 trechos do rio Maici-Mirim e 1 trecho do Madeira, resultaram na coleta de 415 indivíduos de 72 espécies, em sua maioria Characiformes (52% da riqueza e 44% da abundância) seguido pelos Siluriformes (45% e 38%), enquanto levantamentos realizados em 13 trechos do médio rio Madeira com a mesma técnica aplicada obteve como resultado 193 espécies de peixes (ICMBio. 2018).

Tais resultados corroboram o observado nos trabalhos de campo na TI Nove de Janeiro de que a ictiofauna na bacia do Maici é formada por uma comunidade menor de peixes em relação ao Madeira, com menor abundância de espécies, como era previsível e como revelou os resultados apresentados no item 6.5.3 deste relatório. A diversidade de espécies, no entanto, surpreende, especialmente porque dentro de uma mesma categorização de peixes (piranhas, por exemplo), há uma diversidade de gêneros (*Catopreus Mylossoma*, *Pyloplus*, *Myleus*, *Metynnis* e *Serrasalmus*) e com várias espécies; tucunarés, sempre do gênero *Cichla*, mas com várias espécies. Quanto ao aproveitamento pelos Parintintin tucunarés, jatuaranas, pias, pacus, trairas, piranhas, são os principais a serem pescados.

#### 6.4.2. Avifauna

As aves atuam de modo efetivo e abrangente na manutenção dos processos e funcionalidade dos ecossistemas com sua capacidade para realizar polinização, feita principalmente pelos beija-flores, dispersão de propágulos, realizada por aves frugívoras (como os cracídeos, cotingídeos, traupídeos, etc.), controle de populações de presas como os insetívoros (por exemplo os tamnofídeos) e predadores (entre outros, gaviões e corujas), ciclagem de nutrientes (todas as espécies, com destaque para os urubus, etc.).

Na região do interflúvio Purus-Madeira foram registradas 454 espécies da avifauna. O total de espécies de avifauna registradas na FLONA de Humaitá foi 137 através de levantamentos sistemáticos realizados na UPN 5, formada por Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas com palmeiras e na UPN 2, que apresenta Floresta Ombrófila Densa Aluvial, e que recobrem também grande parte da TI Nove de Janeiro, além de levantamentos não sistemáticos ao longo do rio Madeira e do igarapé Maici. Estima-se, porém, a riqueza potencial de espécies na FLONA, ultrapassaria das 370 espécies (ICMBio, 2018).

Destaca-se o número de registros e as espécies que apresentaram registro exclusivo nas localidades amostradas nos levantamentos realizados pelo Plano de Manejo da FLONA de Humaitá:

- **UPN 5:** foram registradas 52 espécies: *Piaya melanogaster* chincoã-de-bico-vermelho,



*Nyctibius bracteatus* urutau-ferrugem, *Jacamerops aureus* jacamaraçu, *Bucco capensis* rapazinho-de-colar, *Drymophila devillei* trovoada-listrada, *Rhegmatorhina hoffmannsi* mãe-de-taoca-papuda, *Hyllopezus macularius* torom-carijó, *Hylexetastes perrotii* arapaçu-de-bico-vermelho, *Laniocera hypopyrra* chorona-cinza, *Platyrinchus platyrhynchos* patinho-de-coroa-branca e *Conopias parvus* bem-te-vi-da-copa.

- **UPN 2:** foram registradas 73 espécies: *Brotozeris versicolurus* periquito-de-asa-branca, *Myrmophylax atrothorax* formigueiro-de-peito-preto, *Phlegopsis nigromaculata* mãe-de-taoca, *Pipra fasciicauda* uirapuru-laranja, *Tolmomyias flaviventris* bico-chato-amarelo, *Myiopagis flavivertex* guaracava-de-penacho-amarelo, *Myiarchus swainsoni* irrê e *Saltator coerulescens* sabiá-gongá.

- **Rio Madeira e Igarapé Maici:** perfizeram 18 espécies: mãe-de-taoca-papuda *Rhegmatorhina hoffmannsi* parece ser restrita à margem direita do rio Madeira.

Nota-se a pouca similaridade entre as espécies nestes locais, uma vez que estes ambientes são distintos fisionomicamente, o que pode refletir na composição da avifauna. Vale destacar o registro do urutau-ferrugem *Nyctibius bracteatus*. Essa espécie rara e de coloração incomum para um urutau. Digno de menção também foram os registros de espécies que exploram recursos em taquarais e bambus: *Microrhopias quixensis* papa-formiga-de-bando, *Thamnophilus schistaceus* choca-de-olho-vermelho, *Drymophila devillei* trovoada-listrada, *Rhegmatorhina hoffmannsi* mãe-de-taoca-papuda e *Hyllopezus macularius* torom-carijó, pouco registradas no restante dos levantamentos realizados no Interflúvio Purus-Madeira.

As espécies ameaçadas no Interflúvio Purus Madeira totalizaram 14, sendo: azulona *Tinamus tao*; inhambu-de-cabeça-vermelha *Tinamus major*; inhambu-galinha *Tinamus guttatus*; mutum-de-fava *Crax globulosa*; gavião-real *Harpia harpyja*; pomba-botafogo *Patagioenas subvinacea*; tucano do-bico-preto *Ramphastos vitelinus*; tucano-grande-de-papo-branco *Ramphastos tucanus*; papagaio-moleiro *Amazona farinosa*; papagaio-da-várzea *Amazona festiva*; curica-de-bochecha-laranja *Pyrilia barrabandi*; marianinha *Pionitesleu cogaster*; tiriba-do-madeira *Pyrrhuras nethlageae* arapaçu-barbudo *Deconychura longicauda* (ICMBio, 2018).

### 6.4.3. Mastofauna

Entre os componentes da fauna da Região do Interflúvio, os **mamíferos** desempenham papéis fundamentais como dispersores e predadores de sementes, influenciando a regeneração da vegetação, como espécies sentinela, indicadoras da saúde ambiental, provendo recursos que mantêm espécies que exercem funções ecológicas importantes, ou como predadores de topo da cadeia alimentar que regulam herbívoros generalistas. Considerando dados primários e secundários, há registros de 122 espécies de mamíferos silvestres, com exceção de morcegos, na Região do Interflúvio, o que representa cerca de 50% da riqueza estimada para o bioma Amazônia (254 espécies não-voadoras). Entre estas, 27 espécies são endêmicas ao bioma Amazônia, 17 espécies são globalmente consideradas ameaçadas de extinção e 19 espécies consideradas ameaçadas no Brasil. Ocorrem também endemismos interfluviais entre os primatas, sabendo-se que cada interflúvio entre os afluentes do rio Madeira é habitado por uma espécie diferente de sagui e por espécies diferentes de zogue-zogue. *Guildas de mamíferos frugívoros-chave foram registradas em todas as UCs da Região do Interflúvio Purus-Madeira* (ICMBio, 2018).

Levantamentos secundários sobre a riqueza de espécies da FLONA de Humaitá, identificaram 49 espécies de mamíferos de médio e grande portes de ocorrência provável: Cuícas *Didelphis marsupialis*, cuíca *Metachirus cf. tcschudii*, tatu-de-rabo-mole *Cabassous unicinctus*, tatu-galinha *Dasyopus novemcinctus*, tatu-de-quinze-quilos *Dasyopus kappleri*, tatu- canastra *Priodontes maximus*, tamanduá-bandeira *Myrmecophaga tridactyla*, tamanduá-mirim *Tamandua tetradactyla*, tamanduá-i *Cyclopes*

*didactylus*, preguiça *Bradypus variegatus*, preguiça *Choloepus hoffmanni*, guariba *Alouatta belzebul* (mais provável *A. discolor*), zogue-zogue *Callicebus bernhardi*, parauacu *Pithecia irrorata*, mico-de-cheiro *Saimiri ustus*, macaco-barrigudo *Lagothrix cana*, *Saguinus sp.*, macaco-prego *Sapajus macrocephalus*, veado-mateiro *Mazama americana*, veado-roxo *Mazama nemorivaga*, caititu *Tayassu tajacu*, queixada *Tayassu pecari*, anta *Tapirus terrestris*, cutia *Dasyprocta azarae*, cutia *Dasyprocta fuliginosa*, cutiara *Myoprocta sp.*, quatipuru *Urosciurus spadiceus*, *Guerlinguetus aestuans* (*G. ignitus*; Bonvicino et al., 2008; Lacerda, 2013), capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*, rato-toro *Dactylomys cf. dactylinus*, rato-de-arvore *Oecomys bicolor*, mão-pelada *Procyon cancrivorus*, quati *Nasua nasua*, *Cerdocyon thous*, cachorro-do-mato-de-orelhas-curtas *Atelocynus microtis*, *Speothos venaticus*, gato-do-mato-pequeno *Leopardus tigrinus*, gato-maracajá *Leopardus wiedii*, maracajá-açu *Leopardus pardalis*, jaguarundi *Puma yaguaroundi*, onça-parda *Puma concolor*, irara *Eira barbara*, *Galictis vittata*, lontra *Lontra longicaudis*, ariranha *Pteronura brasiliensis*, jupará *Potos flavus*, e tapeti *Sylvilagus brasiliensis* (ICMBio, 2018).

- **UPN 5:** Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente & Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas com palmeiras: *Metachirus cf. tcschudii* (Figura 6.12); *Cabassous sp.*; *Dasyprocta novemcinctus*; *Dasyprocta kappleri*; *Priodontes maximus*; *Callicebus bernhardi*; *Lagothrix cana*; *Saguinus sp.*; *Sapajus macrocephalus*; *Mazama nemorivaga*; *Tapirus terrestris*; *Dasyprocta fuliginosa*; *Sciuridae n.í.*

- **UPN 2:** Floresta Ombrófila Aberta Aluvial com palmeiras & Floresta Ombrófila Densa Aluvial: *Cabassous sp.*; *Dasyprocta novemcinctus*; *Dasyprocta kappleri*; *Procyon cancrivorus*; *Nasua nasua*; *Mazama americana*; *Saimiri ustus*; *Saguinus sp.*; *Dactylomys cf. dactylinus*; *Oecomys bicolor*.

Um total de quatro espécies ameaçadas foi registrado na FLONA de Humaitá: Boto-rosa *Inia geoffrensis*; Tatu-canastra *Priodontes maximus*; Anta *Tapirus terrestris*; Macaco-barrigudo *Lagothrix cana*. Embora a quantidade de vestígios não tenha sido especialmente notável, a presença do tatu-canastra (Vulnerável, MMA, 2003; *Vulnerable*, IUCN, 2014) foi registrada na floresta de terra firme da FLONA de Humaitá (Trilha 16, UPN 5) (ICMBio, 2018).

Destas espécies levantadas na FLONA de Humaitá, em ambientes similares aos encontrados na TI Nove de Janeiro, podemos citar como de importância para os Parintintin, conforme relatos e observações da equipe técnica deste CI, o Macaco Barrigudo, a Queixada, a Paca e a Anta, pela preferência de caça.

#### 6.4.4. Herpetofauna

Quanto à **herpetofauna**, de maneira geral, tanto anfíbios como répteis são importantes indicadores da qualidade ambiental, sendo suscetíveis às alterações ambientais, estando em declínio em diversas partes do mundo. A presença de espécies florestais, como *Osteocephalus leprieuri*, *Scinax garbei*, *Trachycephalus resinifictrix*, *Dactyloa transversalis*, *Bothrops brazili*, e *Xenopholis scalaris* e espécies estenóicas de ambientes abertos naturais como *Dendropsophus cf. nanus*, *Leptodactylus labyrinthicus*, *Varzea cf. bistrata* e *Bothrops matogrossensis* demonstra a boa qualidade dos ambientes, indicando o alto grau de preservação das UC do Interflúvio Purus-Madeira e a importância ecológica do mesmo na preservação das espécies da Herpetofauna (ICMBio, 2018).

Considerando os dados secundários e primários relativos à herpetofauna, foram registradas 170 espécies de anfíbios e 179 espécies de répteis, no Interflúvio Purus-Madeira, 04 espécies de anfíbios e 07 de répteis constam da lista de espécies ameaçadas, quase ameaçada ou com dados insuficientes, sendo: rã *Pristimantis reichlei*; tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*; iaçá *Podocnemis sextuberculata*; tracajá *Podocnemis unifilis*; cágado *Pelteocephalus dumeriliana* e o jabuti-amarelo *Chelonoidis denticulate*. Nacional Balata-Tufari com similaridade de 60% para mastofauna. Em alguns

casos, os valores mais altos de similaridade não foram encontrados entre UC contíguas, o que reforça a importância de cada uma das onze UC para a representação e conservação adequada da biota da Região do Interflúvio Purus-Madeira (ICMBio, 2018).

No Plano de Manejo da Flona de Humaitá foram registradas 65 espécies de anfíbios e 33 de répteis, extrapolando-se as ocorrências dos registros por UPN, sendo as UPNS 12 e 5, áreas predominantes nas TIs Ipixuna e Nove de Janeiro, aquelas que registraram maior biodiversidade. Importante ressaltar a variabilidade das espécies registradas em cada uma das UPN amostradas, com espécies exclusivas, onde registram-se exclusivamente as seguintes espécies (ICMBio, 2018):

- **UPN 5:** pererecas *Dendropsophus* gr. *microcephalus*, *Dendropsophus* gr. *parviceps*, *Dendropsophus sarayacuiensis*, *Dendropsophus* sp., *Scinax* cf. *ruber* e *Dendropsophus timbeba*, perereca-macaco *Phyllomedusa vaillantii*, perereca-verde *Sphaenorhynchus dorisae*, rã *Pristimantis* cf. *zimmermanae*, salamandra *Bolitoglossa* cf. *madeira*, calango *Plica plica*, jararaca *Bothrops atrox* e as cobras *Dendrophidion dendrophis* e *Dipsas indica*.

- **UPN 8:** rã-dágua *Pseudis laevis*, perereca *Scinax cruentommus* e cobra-cipó *Leptophis ahaetulla*

- **UPN 12:** perereca *Dendropsophus marmoratus*, rãs *Lithobates palmipes*, *Pristimantis conspicilatus*, *Pristimantis* sp.2 e *Synapturanus* sp., sapo *Rhaebo guttatus*, jacaré-coroa *Paleosuchus trigonatus*, lagartixa-de-parede *Hemidactylus mabuia*, cobra *Erythrolamprus reginae* e caninana *Spilotes pullatus*.

Importante salientar a diversidade de táxons ainda não identificados em nível específico ou com essa identificação feita apenas em nível aproximado, indicando potencial ocorrência de espécies novas. Destacou-se a ocorrência da lagartixa-de-parede *Hemidactylus mabouia*, espécie sinantrópica introduzida, cujos efeitos sobre os ambientes naturais ainda são desconhecidos e *Caiman crocodylus*, espécie de interesse comercial e alimentar. Também, a rã *Pristimantis reichlei* está classificada como DD “dados insuficientes” na lista de espécies ameaçadas no Brasil (ICMBio, 2018).

### 6.5 Ocupação do território e Usos dos Recursos Naturais

O território Parintintin enquanto espaço físico acolhe e incorpora elementos essenciais para a manutenção do modo de vida e sobrevivência de seus habitantes, a despeito de limites e demarcações. A paisagem histórica de ocupação dos Pykahu-Parintintin abrangia o interflúvio Tapajós-Madeira e, mesmo em dias atuais (2019), permanecem em suas memórias, e em seus relatos, as histórias, os locais e os marcadores desta paisagem bem mais ampla que o território demarcado que abrange as TIs Nove de Janeiro e Ipixuna. O termo *usos* invoca também não apenas as atividades e ações derivadas de uma noção de usufruto, conforme termo escolhido pela constituição federal, mas também o seu antagônico não uso que reflete em restrições, proibições e tabus acerca da utilização de elementos da natureza e da paisagem. Assim, se as pontas de castanha constituem as principais zonas de recursos para coleta e extrativismo, as regiões caracterizadas por uma distinção na estrutura da paisagem florestal onde predominam áreas arenosas e vegetação de campinas, são descritas como regiões sagradas e temidas, onde raramente vão, mas que reconhecem e incorporam em suas cosmologias. Essa aparente dualidade, que em menor escala pode revelar uma complexa teia de interpretação do viver e estar num mundo, na verdade revela o mecanismo e a organização, que hoje poderíamos nomear como gestão, conforme a nova voga dos projetos territoriais construídos de fora para dentro, da utilização e ocupação deste território, na maioria das vezes mais amplo que o demarcado.

Historicamente os Parintintin ocupavam o interflúvio Madeira-Tapajós nas regiões dos rios Ipixuna, Machado e alto/médio Maici, incluindo toda sub-bacia do rio Maici-Mirim, Pupunhas e Calamas (Maicizinho), entre os estados de Rondônia e Amazonas. Este amplo território do Madeira-

Tapajós era disputado e compartilhado com outros “Kawahiva”, incluindo os Diahui e Tenharim, que hoje situam-se entre os rios Maici e Marmelos, alcançando a sub-bacia dos rios Roosevelt e Aripuanã. Atualmente a bacia do Maici é também ocupada pelos Pirahã, grupo que compartilha e disputa com os Parintintin os recursos naturais na região do Ipixuna e Maici Mirim.

Atualmente as áreas de uso dos recursos não estão restritas apenas ao território demarcado os Parintintin exploram áreas nas cabeceiras do Igarapé Traira e Maici Mirim, na região da FLONA de Humaitá, e nos castanhais da região do lago do Antônio, explorados pelos moradores da aldeia Pupunha. Essa questão do pertencimento a um território amplo, para além do demarcado é exposto por Strachulski (2018):

*Fica clara a preocupação deste povo indígena em perceber que o território não é somente aquele espaço delimitado, que equivale à Terra Indígena, mas aonde seu sentimento de pertencimento alcança. Lembram seus antepassados, por onde andavam, o que faziam e as marcas que deixavam em suas terras (territórios). Não havia barreiras, o seu território era por onde andavam e o que podiam pegar dele (alimento, remédios), além de fortalecê-los espiritualmente.*

A região do entorno das TIs Parintintin, incluindo o núcleo urbano de Humaitá, é o espaço onde os Parintintin negociam os produtos oriundos de suas atividades extrativista e de coleta, por meio da troca e da venda, constituindo uma extensão econômica de seu território. É na cidade que os Parintintin adquirem bens materiais e produtos alimentícios, seja processados/industrializados ou cultivares que não encontram/cultivam na TI, e acessam serviços básicos de atendimento como bancos e resolvem pendências burocráticas referentes aos programas de aposentadorias e benefícios sociais. Os centros urbanos próximos (Porto Velho e Humaitá) também se configuram extensões do território na medida que os mesmos abrigam temporariamente familiares que estejam residindo nas cidades, seja por motivos de trabalho por eventual necessidade médica. Neste contexto, os centros Urbanos de Porto Velho e Humaitá e a região ao longo da BR-230, para a TI Nove de Janeiro e do lago Uruapiara, para a TI Ipixuna, constituem os locais que agregam comerciantes, pequenos proprietários de terras e ribeirinhos que formam o conjunto de consumidores, fornecedores e atravessadores dos produtos e dos recursos Parintintin.

A dinâmica da movimentação e das atividades do cotidiano Parintintin podem ser sintetizadas por meio do calendário anual, marcado pelas estações das chuvas e da seca, girando especialmente em torno da coleta da castanha (chuva/inverno) e das roças (seca/verão), intermeadas por atividades anuais, como a caça e a pesca. O período que compreende a época da coleta da castanha também se torna o momento, seja no percurso até os castanhais ou mesmo durante a permanência nos acampamentos, para a coleta de frutos e para caçadas e pescarias.

A seguir estão descritas e caracterizadas as principais atividades relacionadas à produção e aos usos dos recursos naturais.

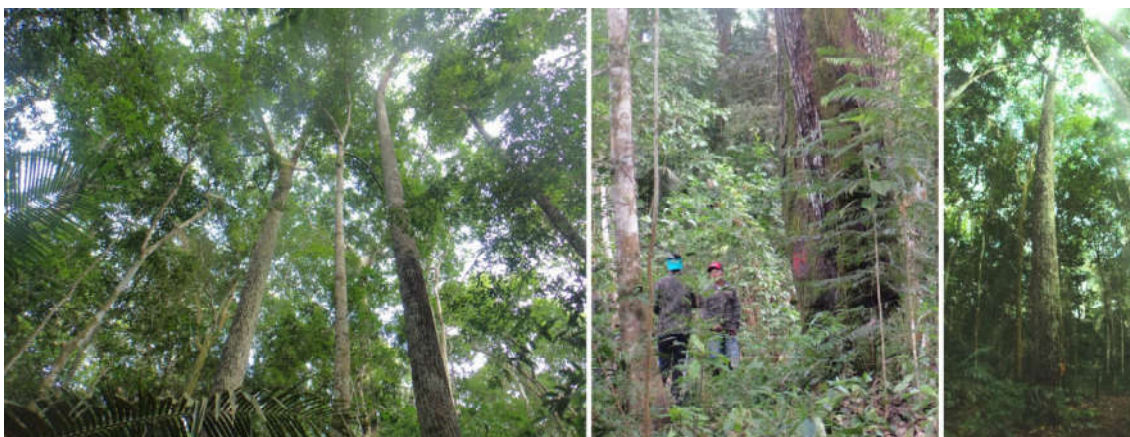
### 6.5.1 Coleta e Extrativismo vegetal

Segundo os dados colhidos pelos pesquisadores indígenas das TIs Nove de Janeiro e Ipixuna e sistematizados pela equipe técnica, os Parintintin coletam **patauí** (*Oenocarpus batau*), **açaí** (*Euterpe precatória*), **tucumã** (*Astrocaryum aculeatum*), **bacaba** (*Oenocarpus bacaba*), **pupunha** (*Bactris gasipaes*) e **castanha** (*Bertholletia excelsa*) e extraem **sorva** (*Couma guianensis*) e **copaiba** (*Copaifera multijuga*). Mas é no extrativismo da castanha (Figuras 6.13 e 6.14 abaixo) e do açaí (Figura 6.15) que a vida Parintintin na floresta se consubstancia nos dias de hoje.



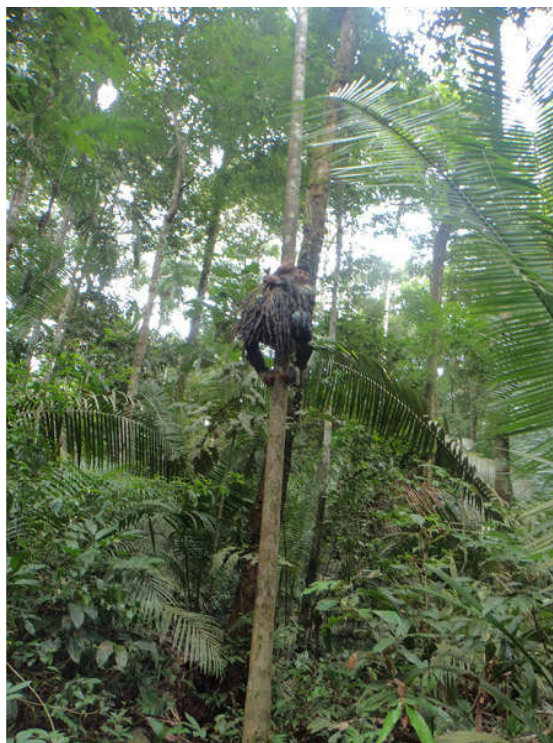
**Figura 6.13.** Os Agentes Ambientais Juscelino e Thiago mostram a árvore da sorva (*Couma sp.*), com as marcas de exploração pretérita; fazem uma demonstração de como extrai o látex, em detalhe; caminhada para o Sítio Paraisinho, a cerca de um quilômetro e setecentos metros da aldeia Traíra.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019



**Figura 6.14.** Castanhal próximo à comunidade Pupunha, indicando a influência das castanheiras no ambiente, onde elas representam o dossel emergente. vista para cima; comparação do tronco com a estatura humana, e vista de uma árvore em sua altura.

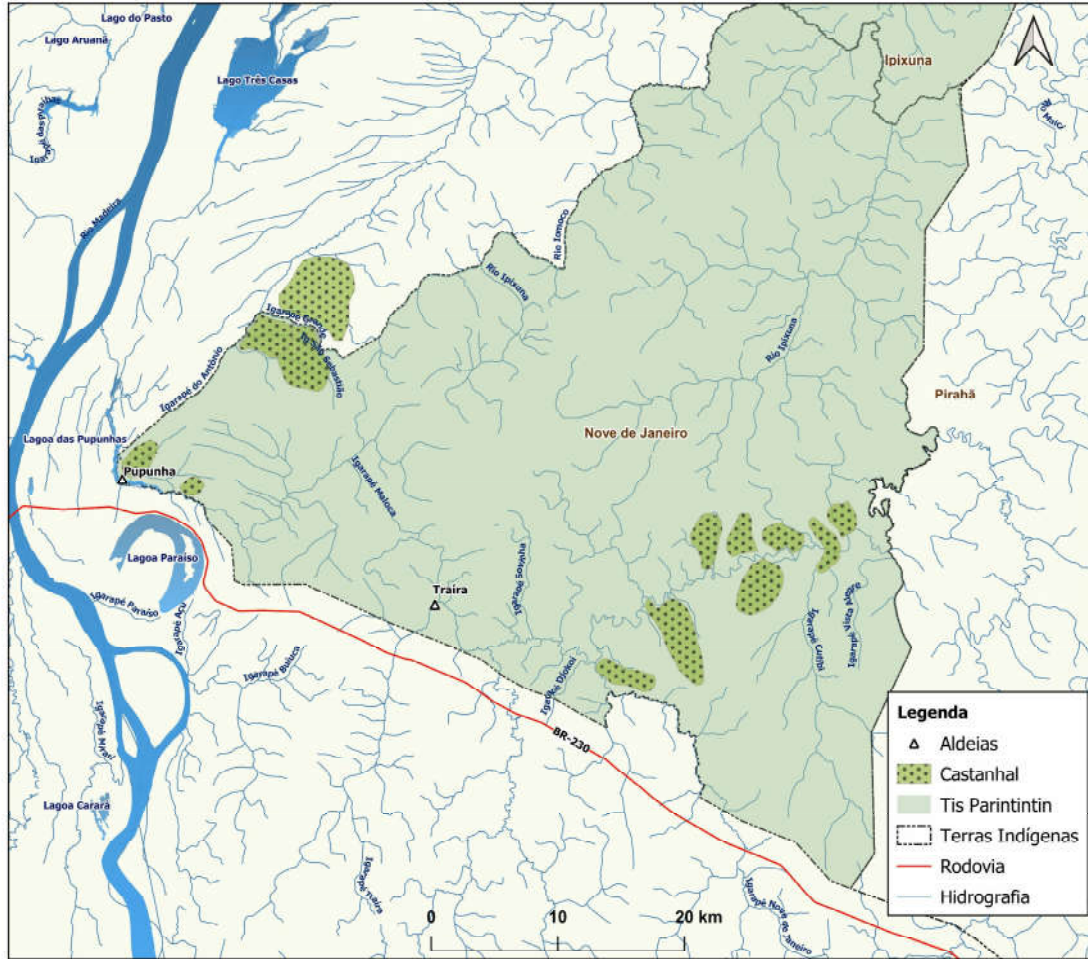
Fonte: Consórcio Etnias, 2019



**Figura 6.15.** Açaizeiro em pleno aproveitamento.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A coleta da **castanha** (*Bertholletia excelsa*) é realizada durante o período das chuvas, entre os meses de dezembro e março, sendo realizado pelo núcleo familiar nas pontas de castanhas que tem por direito, ou de forma coletiva nos castanhais considerados de uso comum. Nos levantamentos em campo na TI Nove de Janeiro os pesquisadores indígenas e os agentes ambientais Parintintin indicaram nas oficinas de mapeamento participativo nas aldeias Pupunha e Traíra a localização das principais pontas de castanhas e a nomeação dos Igarapés que dão acesso a eles, conforme apresentado pela **Figura 6.16** a seguir e no **Mapa 10 – Etnomapeamento e Usos dos Recursos Naturais – TI Nove de Janeiro** (Anexo 5).



**Figura 6.16** Localização dos Principais Castanhais da TI Nove de Janeiro. **Fonte:** Agentes Ambientais Parintintin, 2019.

Nesse contexto, a equipe de campo ao caminhar no castanhal do Igarapé Marizal, próximo a aldeia Pupunha, e no castanhal Nove de Janeiro, pôde observar, além das castanheiras, outras árvores de grande porte e de importância econômica, madeireira e medicinal (*Itaúba, Copaíba, Breu, Uxi, Sorva*) e as diversas palmeiras utilizadas pelos Parintintin, seja para a coleta de frutos quanto das palhas para construção de enfeites, cobertura de casas e barracas temporárias (*Palha Branca*).



**Figura 6.17.** Calendário Produtivo da Aldeia Pupunha. **Fonte:** Agentes Ambientais Parintintin, 2019.

Outra espécie relevante para os Parintintin é o Açaí, que costumam coletar em áreas de mata próximas as aldeias entre os meses de janeiro e maio, ou junho, dependendo da região e do comportamento das chuvas durante o ano (**Figura 6.17**). Nas matas próximas das aldeias é notável o número e a variedade de espécies de palmeiras apreciadas pelos Parintintin, incluindo, além do Açaí, a bacaba, o patuá, o tucumã e a pupunha. Em qualquer andança pelas matas os Parintintin sempre observam os cachos do Açaí para ver se os frutos já estão maduros ou se ainda não foram colhidos, e analisam com cuidado o porte e a altura da palmeira para calcular quem seria a melhor pessoa para subir e extrair o cacho. Os Parintintin, além de comercializarem o açaí *in natura*, para atravessadores e moradores do entorno da TI e para comerciantes de Humaitá, também apreciam muito o valor alimentício do Açaí, o qual é preparado da maneira de um grosso suco que comem com farinha (**Figura 6.18**).



**Figura 6.18.** Jovens Parintintin preparando o suco de Açaí (Aldeia Traíra). **Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

Em relação à cadeia produtiva dos dois principais produtos do extrativismo Parintintin, cabe destacar os trabalhos recentes de Lima (2017a e 2017b) que estabeleceu as cadeias de valores da castanha e do açaí entre os Parintintin das duas Terras Indígenas, e que apresentam importantes observações etnográficas sobre o processo de extração de ambas as espécies. A **Figura 6.19** mais abaixo, extraídas do trabalho citado, resume o processo de ponta a ponta da castanha e do açaí entre os Parintintin, respectivamente.



**Figura 6.19.** Etapas do processo para coleta de castanha nas TIs Parintintin. **Fonte:** Lima, 2017.

Para a castanha, Lima descreve que:

*“(a)s quatro primeiras etapas são desenvolvidas pelos indígenas, em seus castanhais no período de safra, que ocorre nos meses de dezembro até final de março, época das chuvas. A organização do trabalho para realizar a coleta é feita por cada grupo doméstico, cujo cônjuge conduz os demais membros (homens, mulheres e crianças), a assumirem diferentes papéis nesta atividade, garantindo bons resultados na produção das castanhas. Não há nas TIs uma organização formal (pessoa jurídica: associação; cooperativa; sindicato) ou não-formalizada (grupos, movimentos; articulações; federações), indígena ou não indígena, que represente os interesses coletivos no negócio da castanha” (2017a: 10).*

Observa ainda que “(a) distribuição ou escoamento da produção ocorre de diferentes formas, a depender dos canais e estratégias de comercialização que utilizam e dos apoios de agentes externos que possuem. (...) Na TI Ipixuna não é possível contar com o apoio do órgão indigenista para realizar essa função, uma vez que o escoamento da produção de castanha até o elo de beneficiamento é feito via transporte fluvial e a Funai não disponibiliza mais de seu barco, que foi queimado em um conflito entre os moradores da cidade de Humaitá contra os indígenas, no ano de 2013, além disso não contam com outros meios de subsídios para encurtar esse canal e aumentar os seus ganhos monetários nessa atividade. Na TI Nove de Janeiro as castanhas são comercializadas na maioria das vezes com atravessadores na BR 230 ou, em alguns casos, com os “*patrões*” que adiantam recursos financeiros aos indígenas na etapa de aquisição de insumos específicos” (idem, ibd.: 11).

“Verificamos que o extrativismo da castanha, realizado pelos indígenas (...) é uma atividade central no conjunto das atividades agroextrativistas que realizam, com fins a (sic) comercialização. Por ser praticada há muitos anos guarda conhecimentos e saberes sobre os ambientes na floresta e toda fauna e flora a ela associada. Além disso, desenvolve e utiliza tecnologias locais para coletar, armazenar e carregar as castanhas, aliando o trabalho à socialização do modo de ser, viver e produzir Kagwahiva” (idem, ibd.: 11).

As duas TIs Parintintin apresentam castanhais bastante abundantes e a coleta dos frutos pelos indígenas é uma atividade que remete a períodos anteriores a demarcação. Inicialmente, o extrativismo das castanhas era organizado com base na relação patrão-cliente, e nessa época também se coletava a seringa e a sova, como já visto. Os patrões eram não indígenas funcionários do SPI (da “inspetoria” como dizem os mais velhos) e responsáveis por garantir a infraestrutura necessária para que os indígenas coletassem a matéria prima e o entregasse a produção. Os pagamentos eram feitos em dinheiro e em mercadorias. Os indígenas eram responsáveis pela coleta do fruto e entrega a seus patrões, não tendo nessa época que se preocupar com os insumos necessários e nem com o mercado para comercialização da produção.

Em depoimento de dona Maria Parintintin tomado por Lima (2017a: 18), a autora observa que “(...)algumas contradições impostas nesse sistema de trabalho:

Ele [patrão, nota nossa] chegava até aqui com barco dele. Era o finado Sebastião Pinheiro Arrigo, os castanhais eram que nem uma aldeia. Tinha suas casas boas, tinha suas cozinhas boas... depois que ele morreu ficou para o filho que não sabia muito bem como fazer, até que foi se acabando e foi dando um conflito. Quando acabou esse arrendamento a terra aqui ainda não era demarcada, mas o cacique primeiro já tinha falecido. Nesse tempo que se acabou o castanhal e quando o povo abriu o olho já tinha um fazendeiro dentro do Nove de janeiro, no posto. Tinha 50 cabeças de gado, isso tá com 50 anos. Nessa época os indígenas foram atrás da FUNAI e o coronel major tirou ele, não teve briga, foi pago a indenização do pasto (Maria Parintintin, Aldeia Traíra, Agosto 2017).

Segundo Lima, (op. cit.: 18) “(a)pós a demarcação das TIs, a relação trabalho-produção sofreu mudanças que têm reflexo atualmente. Nessa nova configuração territorial (Terras Indígenas demarcadas) os castanhais passaram a ser administrados pelos indígenas, bem como a organização das etapas iniciais da cadeia de produção até a comercialização da castanha. Aparentemente os patrões (na época que exerciam poder na relação trabalho-produção) financiavam a construção dos centros de trabalho dentro dos castanhais, para que os indígenas ficassem ali durante todo o período da safra e conseguissem obter o máximo da produção naquelas áreas”.

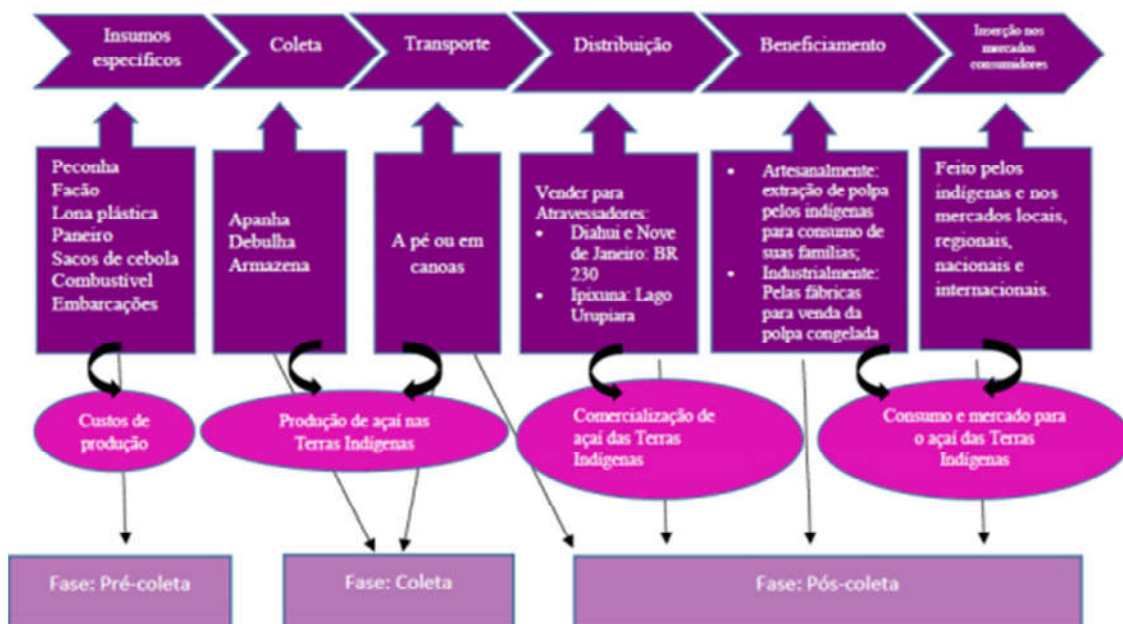
Os *centros* eram e são até hoje marcados pela presença de abrigos em locais estratégicos. Nas TIs Parintintin é possível que um centro abrigue indígenas de diferentes grupos domésticos e que manejam diferentes *pontas* de castanha. As *pontas* são subdivisões territoriais marcadas pela presença das castanheiras, trilhas já abertas e árvores que são manejadas anualmente.

*“No tempo do patrão a organização do trabalho era estabelecida por responsáveis pelas pontas de castanha, dessa forma a partir do centro determinados grupos domésticos ou famílias extensas recebiam a incumbência de explorar uma área pré-definida. Após a retirada do patrão muitos castanhais já tinham seus centros constituídos e contavam com pontas já estabelecidas. Hoje essas pontas de castanha foram herdadas pelas famílias que outrora já trabalhavam ali, exercendo o “direito” de posse sobre determinados castanhais ou pontas de castanha, mesmo após a demarcação das TIs. Não há entre os indígenas discordância com relação a esse direito de uso, todos o reconhece”.* (idem, ibd.: 20)

Com relação ao financiamento da safra da castanha, LIMA identificou três padrões ou modalidades: “O primeiro trata-se da autonomia financeira dos indígenas com relação a aquisição dos insumos necessários para realizar o trabalho. Nesse caso, os indígenas conseguem garantir todos os materiais que necessitarão durante a safra utilizando os recursos monetários e não monetários obtidos com as outras atividades que realizam. Constatamos que essa possível autonomia tem relação direta com a distância até os castanhais e o tempo de permanência necessário para realizar a coleta. (...) Há nas TIs Parintintin alguns grupos domésticos que também não utilizam essa negociação junto aos atravessadores locais, contudo esses são exceções à regra. O segundo arranjo inclui os indígenas que dependem de um prévio acordo com os atravessadores, no qual esses últimos adiantam determinadas

quantias monetárias para que a coleta seja realizada e posteriormente o pagamento seja feito em latas de castanha. Essa prática é mais recorrente na TI Nove de Janeiro, aldeia Pupunha. Não obstante, na aldeia Traíra e na TI Ipixuna também há essa negociação. É necessário mencionar que nesses casos não há garantias formalizadas com relação ao pagamento do empréstimo ou adiantamento feito entre os atravessadores e os indígenas, mas também não há conflitos, as partes cumprem o estabelecido. Essa iniciativa é feita por cada grupo doméstico, de acordo com a sua necessidade, ou seja, não há intermediação de um líder indígena, externo ao grupo doméstico, para que ocorra. Também há diferentes atravessadores e os indígenas escolhem aqueles que mais lhes convêm. O terceiro arranjo é a troca de castanhas por mercadorias (basicamente gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene pessoal e combustível) que ocorre antes, durante e depois da coleta da castanha. Essa negociação é mais utilizada na TI Ipixuna, e pode ser resultante da distância entre a TI e a cidade de Humaitá, o que dificulta o acesso aos bens de consumo. Neste contexto, os barcos de linha que fazem o trajeto levando passageiros também levam mercadorias e compram produtos extrativistas para revenda na cidade” (idem, ibd: 18-20).

Para o açaí, Lima (2017b: 9-10) observa que “(o) açaí (*Euterpe precatória*) coletado nas Terras Indígenas (...) Nove de janeiro e Ipixuna é nativo da floresta amazônica e a atividade realizada pelos indígenas ocorre por meio do extrativismo dos frutos, praticada de forma sustentável, sem danificar as árvores e o ecossistema. Não há nas TIs Kawahiva cultivos da espécie para aproveitamento comercial e doméstico, isso pode ser motivado pela abundância do recurso localmente, que é suficiente para atender a demanda indígena de consumo e comercialização (Figura 6.20). Outro fator a ser considerado é que não há extração do palmito do açaí, de modo que esse subproduto do açaizal não é comercializado e raramente é consumido pelos indígenas.



**Figura 6.20.** Etapas do processo de coleta do açaí nas TIs Parintintin. **Fonte:** Lima (2017)

A autora também anotou que há uma variação sazonal em relação a safra do açaí nas TIs estudadas, conforme explicitado na **tabela 18**. também observamos que há uma variação sazonal em relação à safra do açaí nas TIs estudadas, conforme explicitado no quadro a seguir: SUPRIMIR

**Tabela 18.** Safra do Açaí

Povo Indígena	Terra Indígena	Aldeias	Período da Safra do Açaí
Parintintin	Nove de Janeiro	Pupunha	Abril a junho
		Traíra	
	Ipixuna	Canavial	Agosto a outubro (a safra de verão e a de inverno).

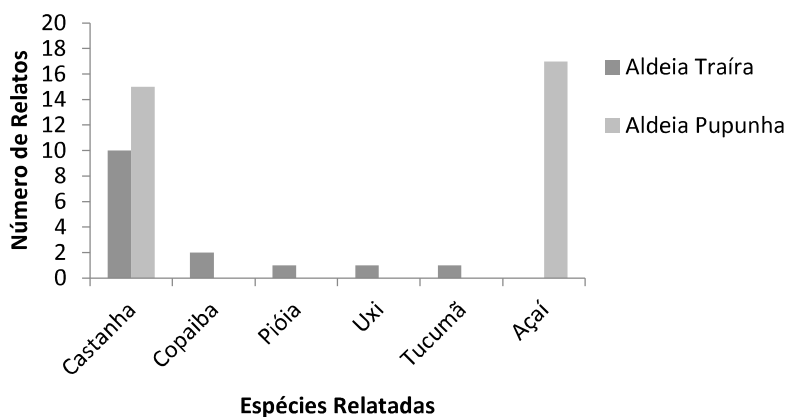
Fonte: LIMA, 2017b

Quanto ao modo de organização da coleta e o uso dos açaizais a autora observa que “(n)estas Terras Indígenas os *açaizais* (...) são áreas de uso comum, nos quais todos são “donos” e responsáveis pela gestão dos recursos naturais ali presentes. Estes açaizais se distribuem em diferentes pontos do território indígena, e estima-se que apenas parte seja manejada e explorada pelos indígenas. Nas aldeias Canavial (TI Ipixuna) e Traíra (TI Nove de Janeiro) há responsáveis por algumas *pontas de açaí* (ou açaizais) que adquiriram esse *status* por explorar com frequência e manejar aquela determinada área. Essas pessoas têm o direito ‘primário’ de coleta, porém não há exclusividade e se outros desejarem coletar ali podem fazer sem nenhum conflito. É bastante comum os responsáveis pelas *pontas* convidarem outros extrativistas para coletar açaí ‘na sua área’ assim como, caso algum extrativista deseje coletar na área que outro é responsável, esse pedirá uma autorização ou o informará, faz-se isso por consideração ao trabalho daquela pessoa e respeito. Na Aldeia Pupunha da TI Nove de Janeiro não há responsáveis pelas pontas de açaí” (idem, ibd: 13).

Quanto a organização do trabalho, LIMA (2017b: 13-14) anota que “(d) modo geral, o açaí é uma atividade desenvolvida por um grupo de pessoas das aldeias, não mobilizando todas as famílias e nem todos os membros dos grupos domésticos. Não há contratação de mão de obra para realização da atividade, apresentando características típicas de produção camponesa ou de subsistência”.

De acordo com os dados colhidos em campo na Aldeia Traíra (fevereiro/2019) 50% dos entrevistados relataram praticar alguma atividade extrativa. Já na Aldeia Pupunha 71% dos entrevistados relataram extrativismo. O gráfico a seguir mostra as principais espécies alvo do extrativismo em ambas as aldeias:

**Gráfico 17.** Espécies de Extrativismo Vegetal Relatadas em campo



Fonte: Consórcio Ethias (2019).

As atividades que envolvem a coleta e o extrativismo vegetal estão invariavelmente interligadas, inclusive com outras atividades do calendário Parintintin como a caça e a pesca, sendo complementares as atividades agrícolas.

### 6.5.2 Roça e Criação de Animais

Os Parintintin são também grandes e hábeis produtores de farinha – produto que além de fazer parte do cotidiano das refeições nas aldeias é vendida para o mercado consumidor de Humaitá. Cultivam frutíferas e hortaliças em áreas próximas e nos quintais (banana, manga, caju, açaí, limão, cacau, goiaba), além de possuírem roçados onde são plantados macaxeira, batata, abóbora, melancia, cana, mandioca, pimenta, milho, cará e abacaxi (**Figura 6.21**).



**Figura 6.21.** Pimenta de Cheiro cultivada, espécie comum nos quintais Parintintin.

Fonte: Consórcio Ethias, 2019

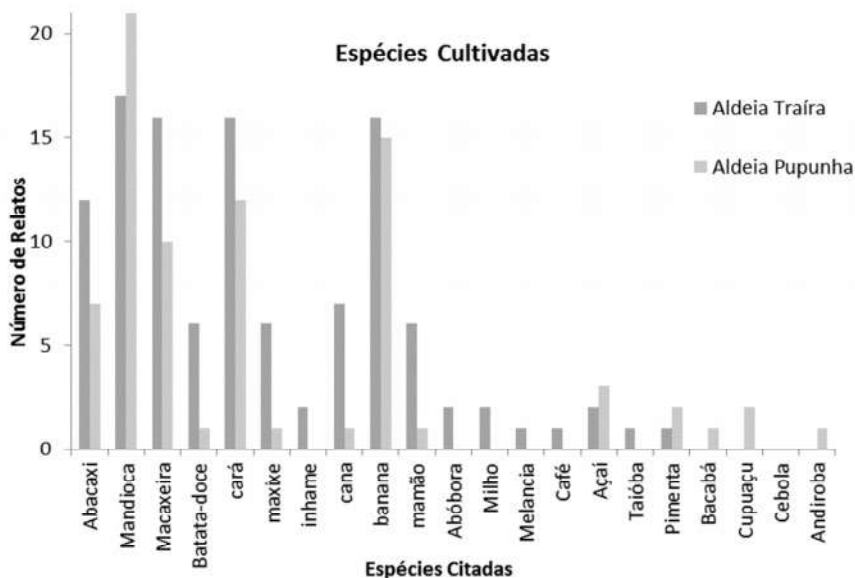
**Tabela 19.** Roças na TI Nove de Janeiro

Roça		Traíra		Pupunha	
		(n)	(%) <sup>1</sup>	(n)	(%) <sup>1</sup>
Total de Residências		25	-	27	-
Total de Entrevistados		22	-	24	-
Casas com Roça		18	82%	21	88%
Origem da Semente	Comprada	4	18%	0	0%
	Próprio Roçado	17	77%	20	83%
	Roça do Parente	15	68%	15	63%

Fonte: Consórcio Ethias (2019). (¹) em relação ao total de entrevistados

O **Gráfico 18** a seguir mostra as principais espécies relatadas nas entrevistas realizadas pela equipe técnica e pesquisadores indígenas durante os levantamentos de campo realizados nas aldeias Traíra e Pupunha.

**Gráfico 18.** Principais Espécies Cultivadas nas Aldeias Traíra e Pupunha



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

A atividade que envolve a preparação do roçado tem início no mês de abril, com a queima controlada e limpeza da área (roça de *toco*) para preparo do solo, e perdura até o mês de outubro, quando ocorre o plantio, após as primeiras chuvas, com pequenas variações dependendo das condições climática e dos regimes das chuvas. Geralmente as áreas novas destinadas às roças localizam se em capoeiras antigas ou em trechos de floresta em áreas de terra firme próximas as aldeias em locais que os Parintintin identificam, a partir das características ambientais, como boas para a agricultura e o cultivo de determinadas espécies, com destaque para a mandioca, o cultivo principal para a alimentação e para geração de renda (farinha).

Nesse sentido, os estudos de Strachulski (2018) revelaram alguns aspectos dessa sabedoria Parintintin para a identificação e escolha de uma boa área para o roçado, os quais observam bioindicadores locais, tais como a o diâmetro das árvores e a presença de cipó (linas) para a avaliação da qualidade da terra: “*Vê a quantidade e cor da madeira. Onde é madeira alta a gente quase não faz. Aonde é madeira alta a terra não é muito boa não. Aqui já é madeira mais fina. Aonde é mais fina é melhor*” (José Cláudio Parintintin, in STRACHULSKI, 2018).

A identificação pelos Parintintin de áreas de “terra preta” também foi presenciada pela equipe técnica deste CI diversas vezes durante as caminhadas pelas matas, sempre nos indicando estas áreas como propícias para a plantação e as espécies geralmente associadas a estas faixas férteis de solo, como por exemplo o Ariá (*Calathea allouia*), espécies de raízes tuberosas e comestível, conforme indicou e nos explicou de Maria da Graça Parintintin, quando encontramos a planta em abundância no local da antiga aldeia do Varadorzinho, próximo a aldeia Traíra (**Figur 6.22**).



**Figura 6.22.** Detalhe da Ariá e sua folhagem abundante.

Fonte: Consórcio Etnias, 2019

A maioria dos entrevistados Parintintin também relataram o costume da criação de animais, seja para auxílio nas caças, no caso dos cachorros, ou para consumo e comércio, caso das galinhas e patos. Observou-se também a domesticação de animais de estimação como paca e macaco (**Figura 6.23**).

**Tabela 20.** Criação de Animais na TI Nove de Janeiro

Roça	Traíra		Pupunha	
	(n)	(%) <sup>1</sup>	(n)	(%) <sup>1</sup>
Cachorro	13	87%	16	89%
Galinha	12	80%	5	28%
Gato	1	7%	1	6%
Paca	1	7%	0	0%
Macaco	1	7%	0	0%
Tracajá	1	7%	0	0%

Fonte: Consórcio Etnias (2019). (!) em relação ao total de entrevistados

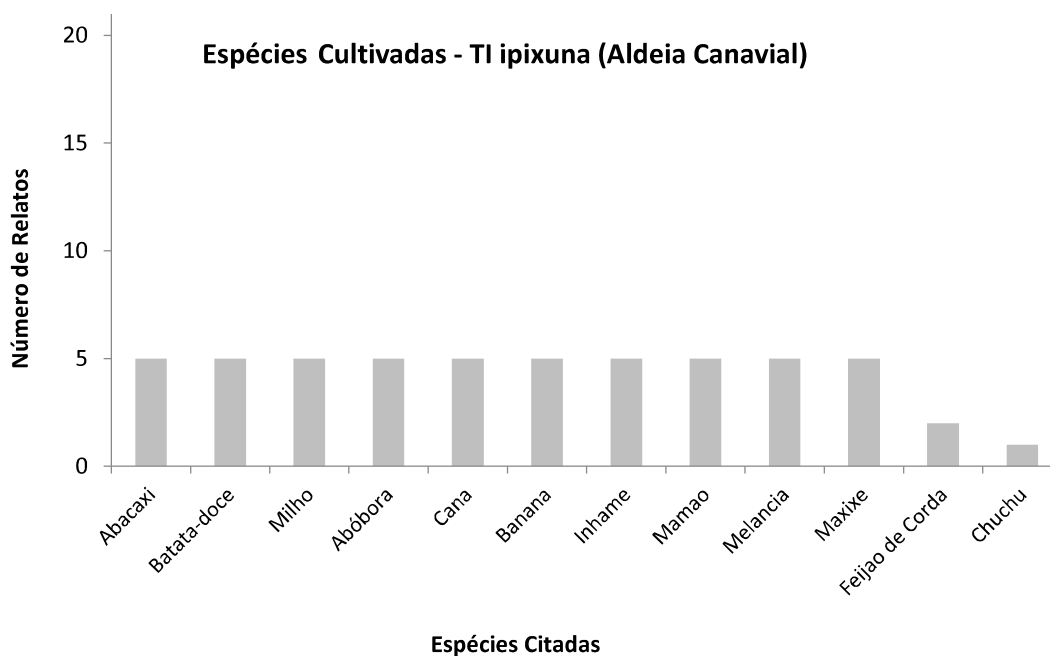


**Figura 6.23** estimacão na aldeia Traíra e Pupunha, respectivamente.

**Fonte:** Consórcio Etnias, 2019

Na TI Ipixuna, apesar de não terem sido realizados levantamentos de dados primários, foram aplicadas 05 entrevistas com moradores da Aldeia Canavial onde as seguintes espécies foram relatadas (**Gráfico 19**).

**Gráfico 19.** Principais Espécies Cultivadas na Aldeia Canavial



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

### 6.5.3 Caça e Pesca

A caça tem importância crucial ainda para a vida e para a alimentação dos Parintintin – sobretudo para aqueles hoje com mais de 40 anos. Isto porque, como se viu em alguns depoimentos e entrevistas com as pessoas nessa faixa de idade, eles afirmam que os mais jovens não se interessam mais pela caça enquanto alimento (preferem comida de “branco”, “da cidade”) e nem pelas caçadas enquanto modo de percorrer/conhecer o território.

Entretanto, observou-se a insistência de alguns mais velhos em transmitirem aos seus parentes jovens o conhecimento e as habilidades exigidas para as caçadas, e, nestes casos a vontade dos jovens/filhos em acompanharem o pai, quando permitido, nas andanças pelo “mato”. Apesar da diminuição da frequência de caça, os Parintintin, mesmo os mais jovens, são hábeis em identificar rastros de animais e os ambientes mais propícios para a caça de determinadas espécies.

Grande parte das casas entrevistadas relataram que ao menos uma pessoa caça, indicando a forte presença da atividade como composição alimentar das famílias. A aplicação dos questionários socioeconômicos obteve os seguintes dados sobre a caça:

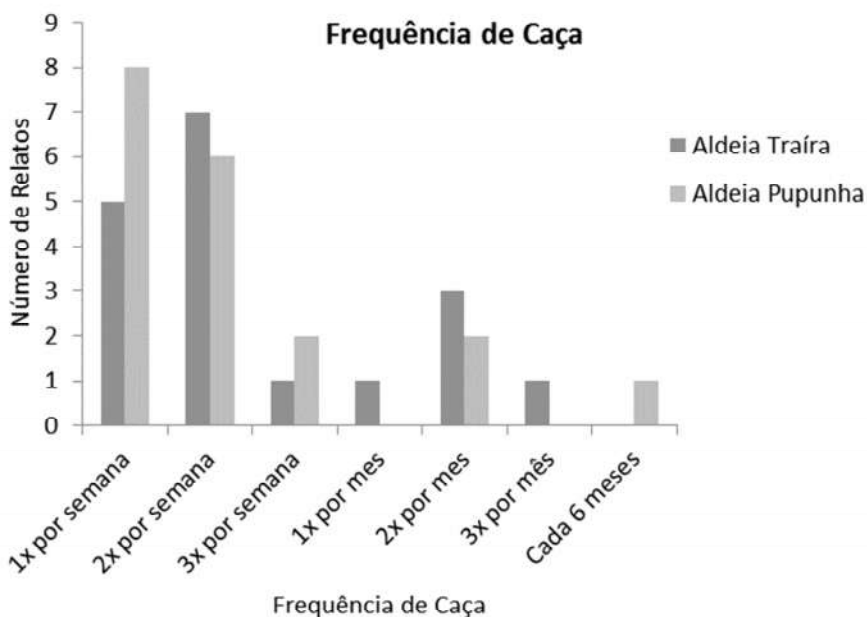
**Tabela 21.** Frequência e Métodos de Caça

Caça		Traíra		Pupunha	
		(n)	(%) <sup>1</sup>	(n)	(%) <sup>1</sup>
Total de Residências		25	-	27	-
Total de Entrevistas		20	-	23	-
Casas com ao menos 1 caçador		16	80%	19	83%
Número de Caçadores		24	-	25	-
Métodos	Rastreamento	15	75%	19	100%
	Armadilha	1	5%	0	0%
	Espera	3	15%	0	0%

Fonte: Consórcio Etnias (2019). <sup>1</sup> em relação ao total de entrevistados

Quanto a frequência, a maioria dos entrevistados relataram caçar 1 ou 2 vezes por semana, em ambas aldeias, como mostra o gráfico a seguir:

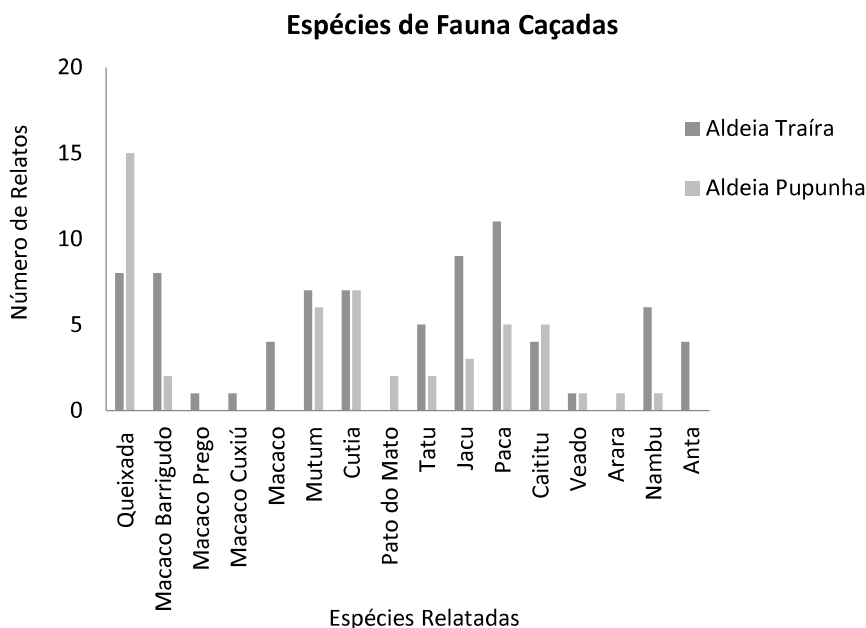
**Gráfico 20.** Frequência de Caça registrada na TI Nove de Janeiro



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

Dentre as principais espécies caçadas relatadas nas entrevistas de campo na Aldeia Traíra e Pupunha destacam-se queixada, paca, cutia, Macaco Barrigudo, jacu e mutum. Os dados do Gráfico 21, a seguir, sintetizam estes relatos:

**Gráfico 21.** Espécies de Caça relatadas na TI Nove de Janeiro

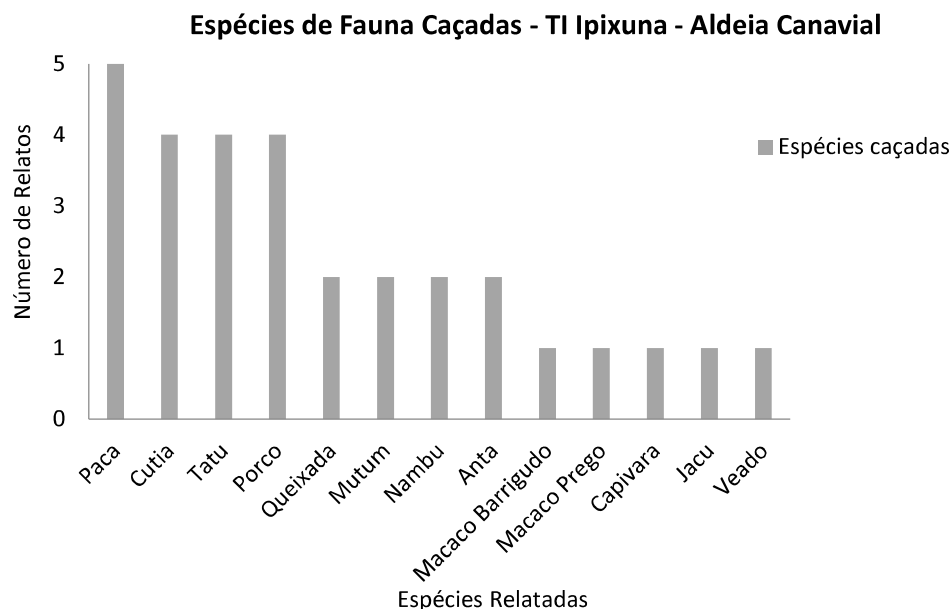


Fonte: Consórcio Etnias (2019).

A caça feita por homens, individualmente ou em pequenos grupos é realizada nos trechos de mata de terra firme próximas aos núcleos de moradia ou quando estão realizando atividades extrativas e de coleta em áreas de recursos mais afastadas, como nas pontas de castanha, nestes casos, utilizando a caça e a pesca, como suplemento alimentar para os períodos em que passam nos acampamentos e locações. Independentemente do local escolhido, os Parintintin conhecem de antemão os barreiros e outros ambientes da paisagem mais propícios para a caça, conforme o comportamento de cada animal.

Na TI Ipixuna, apesar de não terem sido realizados levantamentos de dados primários, foram aplicadas 05 entrevistas com moradores da Aldeia Canavial, reunindo informações sobre a frequência e as espécies de caça, sendo a capivara a única espécie não citada nas entrevistas da TI Nove de Janeiro. Nestes levantamentos as seguintes espécies foram relatadas:

**Gráfico 22.** Espécies de Caça relatas na TI Ipixuna



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

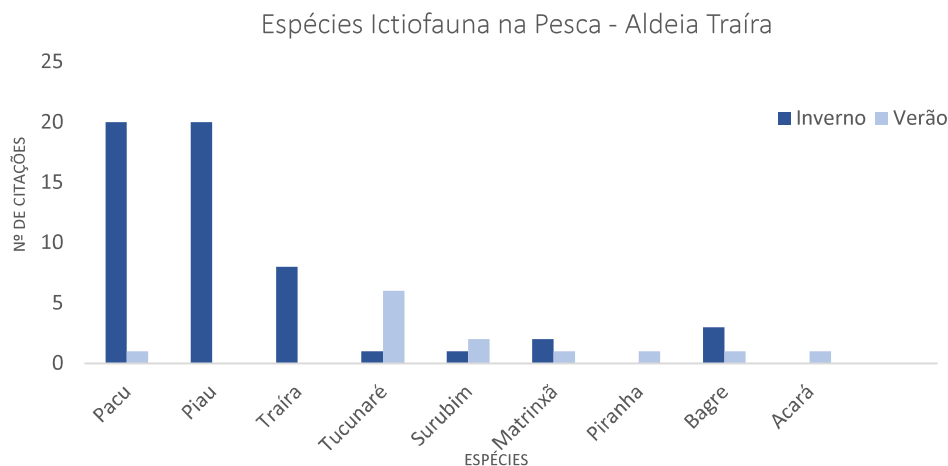
A **pesca** também tem importância fundamental na vida e na alimentação dos Parintintin. Praticam o ano todo a pesca artesanal nos rios e igarapés cujo produto (o pescado) além de ser base principal da alimentação dos moradores, também é vendido na região. Assim como nas atividades de caça e extrativismo o conhecimento prático sobre a pesca é transmitido de geração a geração incluindo os elementos simbólicos atrelados aos mitos Parintintin de origem. Entretanto ao contrário da caça, que é uma atividade essencialmente masculina, a pesca é mais democrática, pois nela participam também as mulheres e crianças.

Visto se tratar de atividade cotidiana, a pesca é geralmente realizada nos igarapés próximos das aldeias ou sítios, no caso dos moradores da aldeia Traíra nos igarapés Traíra e Balata (um afluente do Igarapé Traíra pela margem esquerda e no lago e igarapé Pupunha no caso dos moradores da aldeia Pupunha. Outro local relevante para as pescarias é o rio Maici-Mirim e suas lagoas, frequentemente explorados especialmente quando os Parintintin seguem para as pontas de castanhas ou para atividades de caça e coleta nas áreas de recursos abundantes ao longo deste curso d'água. Nestes casos a pesca serve como meio fácil de alimentação para os pernoites e acampamentos as margens dos rios e igarapés onde são preparados na hora em *moquéns*.

Os Parintintin utilizam variados instrumentos para as pescarias dependendo do ambiente e da época do ano, no inverno quando as águas formam os igapós preferem a linha de mão e espinhel ou malhadeiras, abandonando de vez as práticas de pescarias com timbó nos lagos e igarapés e raramente utilizam as armadilhas usadas antigamente e que eram armadas na época da cheia nos canais dos rios principais, no verão costumam usar o arco e flecha, caniço e a zagaia para as pescas nas lagoas marginais e nas margens dos Igarapés (STRACHULSKI, 2018; LEVINHO, 1987)

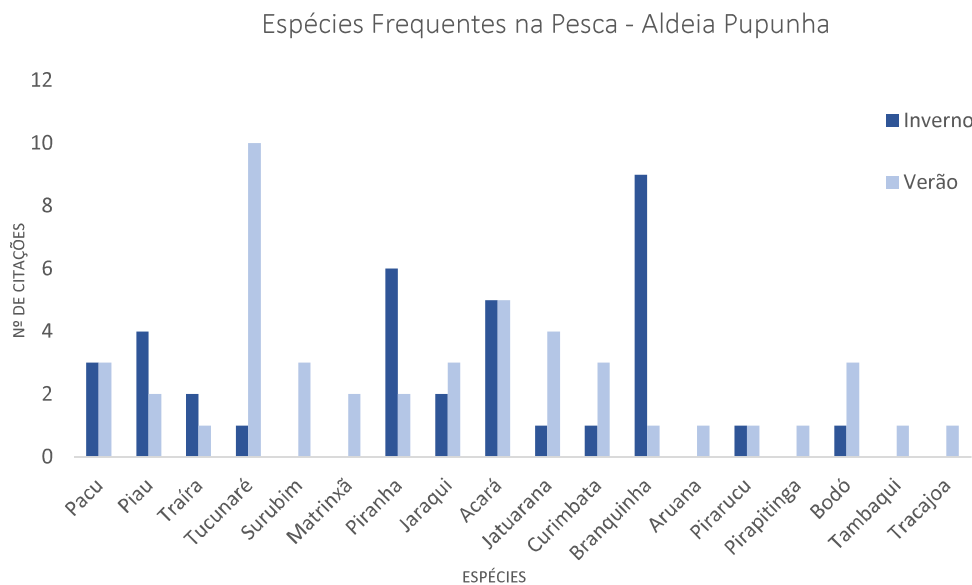
Na aplicação do questionário socioeconômico se obteve os dados condensados nas Tabelas abaixo quanto as espécies mais visadas e a frequência da atividade de pesca nas aldeias Traíra e Pupunha.

**Gráfico 23.** Espécies de Peixes mais citadas na Aldeia Traíra



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

**Gráfico 24.** Espécies de Peixes mais citadas na Aldeia Pupunha



Fonte: Consórcio Etnias (2019).

A pesca na aldeia Pupunha, conforme pode ser observado pelos gráficos acima, representa uma atividade de maior relevância na composição alimentar e nas atividades econômicas dos Parintintin, quando comparadas a aldeia Traíra, visto, principalmente a sua localização as margens do lago Pupunha e do Igarapé Pupunha, afluentes direto do rio Madeira, permitindo assim, em períodos de cheia a migração e deslocamento de espécies de maior porte e valor, não encontradas nos ambientes dos igarapés e rios da aldeia Traíra.